



Centro Universitário Uniceub

O PAPEL DA INTELIGÊNCIA NA DEFESA NACIONAL
Análise da importância do serviço de Inteligência, tendo como ponto principal o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento - PNPC

Aline Galisa de Souza

Aline Galisa de Souza

O PAPEL DA INTELIGÊNCIA NA DEFESA NACIONAL
Análise da importância do serviço de Inteligência, tendo como ponto principal o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento - PNPC

Projeto de Monografia apresentado
como requisito para aprovação na
matéria Monografia no
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do UniCEUB
Centro Universitário de Brasília.
Orientador(a): Marcelo Vale

Brasília
2009

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a todos os que me apoiaram na tarefa de conclusão da monografia. Especialmente para a minha família da qual sem o apoio eu não poderia ter feito esse trabalho. Ao meu amigo e amado Eduardo Antônio dos Reis Burgos sem o qual não teria chegado aonde cheguei hoje.

Ao meu professor orientador que aceitou a missão de ler corrigir e recorrer o meu trabalho até ficar pronto para ser lido por outras pessoas. Ao professor Joanisval Gonçalves que foi quem me deu a inspiração para esse tema.

E não posso deixar de fora minhas amigas que ajudaram grandemente na pesquisa de material Mirelle Guedes de Oliveira, Raquel Rodrigues e Soraia Almeida, sem as quais não teria tido material suficiente para falar sobre um assunto tão pouco usual que é a atividade de Inteligência no Brasil.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo o estudo o papel da Inteligência na atual sociedade brasileira incluindo sua função e importância para a Defesa Nacional dando ênfase ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC). Na primeira parte do trabalho é abordado os conceitos de Defesa Nacional, Inteligência e Conhecimento estratégico. A segunda parte dispõe sobre a relação Inteligência sociedade internacional e brasileira e abrange a legislação do Brasil para a área. E finalmente, na terceira parte se faz o estudo de caso sobre o PNPC estruturando sua utilidade dentro do aparato estatal.

Palavras-chaves: Atividade de Inteligência, Defesa Nacional, Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível (PNPC).

ABSTRACT

The object of the present work is the study the role of intelligence in the current Brazilian society including its function and importance for national defense with an emphasis on the National Program for Protection of Knowledge (PNPC). In the first part of the work is discussed the concepts of National Defense, Intelligence and Strategic knowledge. The second part deals with the International Society for Intelligence and Brazil and covers the laws of Brazil to the area of secret service. And finally, the third party is the study on the case about PNPC structuring its usefulness within the state apparatus.

Keywords: Intelligence Activity, National Defense, the National Protection of Knowledge Sensitive (PNPC).

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO 1 - O PAPEL DA INTELIGENCIA NA DEFESA NACIONAL.....	4
1.1 - DEFESA NACIONAL.....	4
1.2 - INTELIGÊNCIA	10
1.3 - CONHECIMENTOS ESTRATÉGICOS.....	21
CAPITULO 2 - A CONJUNTURA INSTITUCIONAL DA INTELIGENCIA NO BRASIL	28
2.1 A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN.....	28
2.2 – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA.....	32
2.3 - A INTELIGÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	35
2.4 - O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA.	41
CAPÍTULO 3 - ESTUDO DE CASO: PNPC	48
3.1 – PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO SENSÍVEL - PNPC.....	48
3.2 – BASE LEGISLATIVA DO PNPC.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	66

INTRODUÇÃO

Esse projeto de monografia pretende compreender a importância da Inteligência na sociedade atual, tendo em vista seu papel na defesa nacional, sua utilidade para a manutenção da democracia e qual é a importância de um serviço de inteligência para um país como o Brasil. Tudo isso tendo como ponto principal de estudo o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC) desenvolvido pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

A defesa nacional é vital para a sobrevivência do Estado democrático e a ABIN tem por missão institucional proteger esse Estado. Pode se concluir daí que o seu papel na sociedade brasileira é proteger a soberania do país preservando suas instituições e sua legitimidade dentro e fora do país. A agência trabalha com a coleta, análise e disseminação de informações, e tem em seu escopo de competências o planejamento e a execução de atividades que visam a proteção de conhecimentos sensíveis relativos aos interesses e a segurança do Estado e da sociedade o que inclui a proteção dos conhecimentos e tecnologias geradas por pesquisadores e empresas brasileiros.

E é aí que essa pesquisa se dispõe a fazer uma análise do PNP (Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento), o qual tem por objetivo principal a conscientização da população brasileira sobre ameaças potenciais aos conhecimentos sensíveis à nação, desenvolver a cultura de proteção ao conhecimento, recomendar cuidados de proteção e assessorar na adoção de medidas de proteção. Além disso, pretende demonstrar como esse programa preserva a soberania nacional e defende os interesses estatais dentro do cenário internacional.

O tema apresentado baseia-se em uma análise histórica da formação do serviço de Inteligência no Brasil e como a ABIN foi criada, bem como sua função para a segurança nacional, proteção de recursos e conhecimentos. Há também a observação da defesa dos interesses brasileiros no cenário internacional e como isso

se relaciona com o conceito atual de defesa nacional.

A relevância dessa pesquisa é detectar até que ponto a defesa dos conhecimentos, das informações brasileiras, das tecnologias e dos recursos, contribui para a preservação da soberania brasileira, bem como mostrar para a sociedade os impactos que a falta de um serviço de inteligência forte e eficaz poderia provocar ao crescimento e desenvolvimento do Brasil decorrentes das perdas de recursos e informações que lhes são vitais.

Por fim, esse estudo irá pormenorizar o porquê da necessidade de um programa de proteção à informação, e o quão relevante é o conhecimento estratégico para um país. Tendo em vista sua importância estratégica para uma nação como o Brasil, já que a população brasileira não tem tradição em cultura de segurança e prevenção contra ações de espionagem, o que demonstra a necessidade de uso do PNPC tanto pelo governo quanto pelas empresas que detêm tecnologias e conhecimentos fundamentais para a nação.

Esse trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro objetiva mostrar os conceitos de Defesa Nacional, Soberania, Segurança Nacional, Inteligência e Conhecimentos Estratégicos, com o intuito de esclarecer para que servem e qual é o seu papel dentro de um Estado Democrático de Direito como o Brasil. Além disso, pretende falar sobre o porquê da necessidade da proteção aos conhecimentos sensíveis da nação e sua relevância em uma sociedade internacional altamente interligada e globalizada.

O segundo capítulo irá apresentar a Agência Brasileira de Inteligência, contando um pouco de sua história, como surgiu, sua missão e função na democracia brasileira. Além disso, tem por meta mostrar como a Inteligência é usada atualmente, sua base legislativa e como é supervisionada pelas instituições brasileiras. Esse capítulo também irá mostrar como a Inteligência é vista pela população brasileira e porque ela influencia a relação entre os países

E finalmente o terceiro capítulo terá por objetivo o estudo de caso de proteção do conhecimento estratégico para o país, tendo por base a atuação da ABIN, que

como órgão central da inteligência no Brasil toma medidas para proteger as informações sensíveis e vitais para o país e que a principal medida feita pela ABIN foi a criação de um programa chamado Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível que foi implementado em 1997. Haverá nesse capítulo, portanto, uma análise sobre esse programa, qual foi seu impacto dentro da sociedade brasileira, expondo quais são os principais objetivos do programa, sua função primordial e sua efetividade para a salvaguarda de conhecimentos.

CAPITULO 1

O PAPEL DA INTELIGENCIA NA DEFESA NACIONAL

Esse capítulo tem por meta expor os conceitos de Defesa Nacional, Soberania, Segurança Nacional, Inteligência e Conhecimentos Estratégicos, com o objetivo de esclarecer para que servem e qual é o seu papel dentro de um Estado Democrático de Direito como o Brasil, pois tanto defesa nacional quanto Inteligência estão relacionadas no papel de proteção das instituições democráticas. Além disso, pretende falar sobre o porquê da necessidade da proteção aos conhecimentos sensíveis da nação e sua relevância em uma sociedade internacional altamente interligada e globalizada.

É vital para essa monografia tornar compreensível tais elementos, visando uma abordagem ampla de como a proteção desses conhecimentos estratégicos são importantes para um Estado como o Brasil. Esse primeiro capítulo, portanto, será dividido em três seções: a primeira explicita o conceito de Defesa Nacional, Soberania e Segurança Nacional, pois esses temas estão intimamente correlacionados, mostrando a sua função dentro de um país. A segunda seção define o que é Inteligência, para que serve e como ela se encaixa dentro da conjuntura internacional e brasileira atual. E a terceira seção desse capítulo define o que são Conhecimentos Estratégicos e como eles se ligam a Defesa, Soberania, Segurança Nacional e a Inteligência e fala qual é a sua importância dentro de um Estado democrático de direito. Uma seção para cada conceito chave desse trabalho.

1.1 - DEFESA NACIONAL

Para discutir um tema como “O Papel da Inteligência na Defesa Nacional” é preciso, antes de tudo, definir o que é Defesa Nacional. Segundo Oliveira (2005 p 50) Defesa Nacional é:

A preservação dos interesses mais relevantes de um país em um contexto internacional, sendo o instrumento de sobrevivência do Estado e da sua continuidade enquanto associação política soberana.¹

Ou seja, a Defesa Nacional é responsável pela preservação e continuidade do Estado democrático de Direito que se conhece hoje. Isso inclui a luta contra o narcotráfico, tanto dentro como fora do país, o combate ao crime organizado, a proteção das fronteiras, a luta contra o tráfico de pessoas, a preservação dos interesses do país dentro do cenário internacional o que se torna cada vez mais competitivo, sejam esses interesses econômicos, políticos ou até mesmo ambientais.

Oliveira coloca também que é preciso o apoio político da sociedade para que a Defesa Nacional seja realmente efetiva, pois a população é capaz de influenciar, e muito, na formação e no desenvolvimento de políticas públicas. Entretanto, a visão da sociedade brasileira sobre a necessidade de Defesa Nacional é de que ela não é tão relevante quanto às questões sociais e econômicas², e geralmente sua manutenção é deixada para as pessoas que trabalham com o assunto de defesa em si como os militares, analistas internacionais e pesquisadores das universidades.

O Brasil possui problemas sociais e econômicos, mas isso não significa prestar atenção somente a esses problemas e esquecer-se de cuidar de assuntos igualmente relevantes como a defesa da nação. Essa visão de que a sociedade brasileira deixa de lado os assuntos de defesa não vem apenas de pensadores como Eliézer Rizzo³, Jorge Bessa⁴, Joanisval Gonçalves⁵, mas se encontra também na legislação como, por

¹OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, Democracia e Defesa Nacional - editora: Manole - São Paulo, 2005, p 50-79.

²Essa questão da falta de interesse da sociedade brasileira pelas necessidades de Defesa nacional é melhor analisada pelo autor Eliézer Rizzo de Oliveira no artigo: Considerações políticas sobre a defesa nacional - DefesaNet 29 de Abril de 2006 - Retirado do site dia 26 de Junho de 2008

³ Ibidem, 2

⁴ BESSA, Jorge da Silva, A importância da Inteligência no Processo decisório - In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁵GONÇALVES, Joanisval "Quem precisa de inteligência" Artigo Correio Brasiliense - Coluna:

exemplo, no decreto nº 5.484 de 2005, o qual instituiu a Política de Defesa Nacional (PDN), e no Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento⁶ (PNPC) que expõe que uma de suas missões é criar na sociedade brasileira uma cultura de Defesa. A Política Nacional de Defesa e o Programa Nacional de Proteção ao conhecimento serão abordados mais profundamente mais adiante.

Ainda segundo Oliveira, devido à sociedade brasileira prestar pouca atenção ao assunto de Defesa Nacional, os governantes e legisladores também tendem a deixar esse assunto um pouco de lado, porém, apesar da falta de interesse sobre o assunto tanto por parte da população como por parte dos governantes eleitos, a defesa da nação deve ser tratada levemente, pois a ela não tem o objetivo de apenas dar continuidade as instituições estatais e de proteger recursos, ela também tem a função de garantir a soberania do Estado⁷, soberania que é tida nesse trabalho como a racionalização jurídica do poder de mando, ou seja, é a legitimação do poder coercitivo do Estado⁸. A soberania está intimamente ligada a Defesa Nacional, pois sem a soberania não haveria a independência do Estado para poder governar sobre seu território, seu povo, criar suas próprias leis e tomar suas decisões nas relações internacionais de maneira independente e de acordo com os interesses de sua população.

Até a Assembléia das Nações Unidas faz eco a essa afirmação quando colocou no artigo 2º da carta da ONU⁹ (Organizações das Nações Unidas) o respeito à soberania dos Estados membros da ONU e a não interferência nos assuntos internos dos Estados o que garante aos povos exclusiva autoridade para estabelecer regras dentro de seu país¹⁰.

Todavia, o assunto de Defesa Nacional é tão vital para a nação como educação

Opinião 02/10/2008.

⁶ O Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento será tratado mais a fundo no capítulo 3 desse trabalho.

⁷ <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home> – Política Nacional de Defesa – Ministério da Defesa – Acesso em 20/04/2009.

⁸ BOBBIO, Noberto, Dicionário de Política (p. 1179), 5ª edição, Editora UNB, São Paulo 2004.

⁹ Disponível no sítio: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php - Carta da Organização das Nações Unidas – acesso dia 18/02/2008.

¹⁰ BRIGAGÃO, Clóvis e MELLO, Valerie de Campos, Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. – Constituindo Consenso através da Competição Eleitoral por Marco Carmignani. Rio de Janeiro: Gamma – 2006 (p. 81)

e saúde, pois não se trata apenas de problemas de fronteiras com países estrangeiros, problemas esses que o Brasil possui em pequena escala, mas se trata também de poder assegurar a continuidade das instituições democráticas do Estado, de proteger os recursos utilizados e os conhecimentos criados pela sociedade desse país e se trata principalmente de manter a ordem pública para a população.

Além disso, a Defesa Nacional também tem a função de preservar a união da nação, proteger os interesses do Brasil no exterior, preservar a integridade das pessoas sobre sua jurisdição e contribuir para a paz e para a segurança¹¹, tal segurança sendo definida como:

(...) a condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças á sua sobrevivência e autonomia. A segurança nacional, (...), fornece a principal justificativa para o exercício da soberania e o monopólio do uso legítimo de meios de força.¹²

Ou seja, a segurança aqui definida não engloba apenas as questões militares tradicionais como também aponta Leonardo Paz Neves¹³, mas também questões políticas, sociais e econômicas que possam representar alguma ameaça para o país. Por isso Defesa Nacional, Soberania e Segurança estão interligadas, a primeira visa à preservação e proteção das duas últimas, a segunda oferece a garantia de autonomia dentro da comunidade internacional e a última garante a legitimidade das duas primeiras.

E a Política Nacional de Defesa delinea as diretrizes a serem seguidas para se obter um estado de segurança desejado. A PND, então, não visa somente à conscientização da sociedade brasileira sobre a necessidade de uma cultura de Defesa,

¹¹ http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES3.HTM - acesso em 17 de janeiro de 2009.

¹² CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora: FGV - Rio de Janeiro 2003.

¹³ BRIGAGÃO, Clóvis e MELLO, Valerie de Campos, Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. – Prevenção de Conflitos e Construção de Mecanismos de Segurança Regionais por Leonardo Paz Neves e João M. P. D. Costa. Rio de Janeiro: Gamma – 2006 (p. 149)

ela dispõe também sobre a preservação da soberania nacional, a proteção dos interesses do país dentro e fora do território nacional, e também legisla sobre o conceito de Defesa Nacional dizendo que é um conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas¹⁴.

Contudo, essa visão, diferentemente da visão de Oliveira, de que a Defesa Nacional diz respeito basicamente aos serviços das forças armadas visando principalmente às ameaças internacionais e é corroborada pelo ex-ministro da defesa Geraldo Magela da Cruz Quitão¹⁵ quando diz que o contexto da Defesa Nacional é o da Nação brasileira perante as outras nações, isto é, somente abrange o campo internacional.

Porém, como expõe Oliveira, a Defesa Nacional não está conectada somente ao contexto internacional, ela inclui além da preocupação contra invasões estrangeiras, riscos e ameaças internas aos interesses da nação, diplomacia (a qual é muito utilizada no cenário internacional atual), alocação de recursos para as forças armadas, e também para as universidades que geram conhecimento para as políticas públicas de Defesa. Afinal o cenário internacional e interno estão sempre mudando e é necessário estar sempre atualizando os conhecimentos para que se possam gerar políticas compatíveis com a atualidade.

Por seu turno, Bobbio (2004, p. 641) dá base a essa afirmação quando diz que o interesse nacional (o qual é o objetivo principal da Defesa Nacional) é compreendido como a necessidade de segurança que cada Estado tem dentro das constantes mutações das relações internacionais, para deliberar qual é a melhor maneira de agir para resolver autonomamente suas questões internas. Ele continua dizendo que é preciso, conseqüentemente, que cada país providencie sua segurança interna e externa desenvolvendo um poderio militar, uma atividade diplomática e um Serviço de Inteligência. A diplomacia tem uma função muito importante de

¹⁴Disponível no sítio: <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home> – Política Nacional de Defesa – Ministério da Defesa – Acesso em 20/04/2009. Também pode ser encontrada no sítio da Presidência da República sendo o decreto nº 5.484 de 2005, o qual instituiu a Política Nacional de Defesa.

¹⁵RABELO, Aldo, FERNANDES, Luiz – Política de Defesa para o Século XXI – Brasília – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

negociação pacífica de resolução de conflitos entre as nações e caso o litígio não possa ser resolvido por outro meio senão o uso da força há a utilização das forças armadas do país. Já o Serviço de Inteligência promove a coleta e análise de dados para dar suporte aos formuladores de políticas públicas.

Ademais, o conceito de Defesa Nacional da PND as vezes é confundido com a sua organização militar, ou seja, a defesa feita pelo exército, marinha e aeronáutica. Porém, não existe, necessariamente, uma inter-relação entre Defesa e o uso da força armada, todavia seja correto afirmar que em casos extremos e como última alternativa sua aplicação se torne fundamental para que um Estado possa defender-se de agressões externas¹⁶. Como instrumento propriamente dito, fala-se de Defesa como a atividade desenvolvida para garantir a segurança da soberania do Estado e de sua população¹⁷. E a consequência disso é que novos atores entram no cenário para defender seus interesses como, por exemplo, os diplomatas que estão sempre buscando alcançar os objetivos do Brasil internacionalmente e de maneira inteiramente pacífica.

A Defesa Nacional é de vital importância, então, para que a nação tenha um estado de segurança razoável para garantir segurança e ordem pública para a população, tendo em si capacidades multidisciplinares interligadas e instrumentalizadas por meio de um sistema de diretrizes a serem seguidas e as quais foram politicamente determinadas como a Política de Defesa Nacional¹⁸, é importante também para proteger os bens e interesses estatais dentro e fora do território nacional.

O Estado precisa estar atento a tudo o que pode interferir na obtenção de seus interesses, seja uma guerrilha perto da fronteira, sejam narcotraficantes, sejam os índios solicitando ajuda do governo, seja o Movimento Sem Terra de outro país, como o Paraguai, ameaçando brasileiros e sua propriedade, ou até mesmo, seja uma fiscalização nas centrífugas brasileiras de enriquecimento de urânio pelo pessoal do Tratado de Não-Proliferação, tudo isso deve ser levado em conta quando se fala de Defesa Nacional, pois se trata da defesa dos interesses de todos os brasileiros, e não

¹⁶ BOBBIO, Noberto, Dicionário de Política, 5ª edição, Editora UNB, 2004.

¹⁷ Ibidem, 11.

¹⁸ RAZA, Salvador Ghelfi, Research and Education in Defense and Security Studies, Outubro 2003 - Santiago, Chile - Panel on Strategic Studies

somente das pessoas que estão encarregadas de debater esses assuntos.

Além do mais, o Brasil vem se afirmando como líder regional da América Latina, o que o impulsiona a exercer um papel de destaque no cenário internacional. Seu gradativo aumento de desempenho econômico, sua atual estabilidade financeira e uma maior presença na conjuntura mundial deve estar acompanhado de um aumento proporcional do perfil estratégico dessa nação¹⁹. Quintão acrescenta ainda que, por o Brasil possuir esse fator de crescente líder regional na América Latina e pela maior aproximação política e econômica, há a necessidade de incrementar o relacionamento com os países vizinhos, principalmente no campo de Defesa²⁰. Ou seja, é preciso que o Brasil incentive a cooperação as nações fronteiriças para poder melhorar a sua própria segurança.

Analisando a Defesa Nacional dessa forma conclui-se que ela se relaciona com a segurança do país dentro e fora de seu território incluindo vários outros fatores (já citados) que não apenas as forças armadas. Para a manutenção dessa segurança são geradas, pelo governo, políticas públicas de Defesa. Essas políticas, muitas vezes, são baseadas nos estudos das universidades e nas pesquisas e análises de informações feitas pelas agências de Inteligência do governo, no caso do Brasil, a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência).

O próximo tópico fala sobre o conceito de Inteligência e qual é o seu papel dentro da proteção e da Defesa Nacional do país e o que os serviços de Inteligência são capazes de fazer para garantir a segurança da nação.

1.2 - INTELIGÊNCIA

A Inteligência que será abordada nesse trabalho não será aquela do dicionário

¹⁹RABELO, Aldo, FERNANDES, Luiz – Política de Defesa para o Século XXI – Brasília – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. Por Geraldo Magela – A missão constitucional das Forças Armadas (p. 23-29).

²⁰ Idem, 15.

definida como a qualidade ou capacidade de raciocinar e de entender idéias²¹, mas sim o que segundo a Lei 9.883/99, a qual instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que diz:

*É a atividade que tem por objetivo a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.*²²

Entende-se, portanto que a Defesa Nacional e o Serviço de Inteligência estão intimamente ligados, pois ambos visam proteger e resguardar os interesses nacionais, sendo que a Defesa tem um papel mais executivo, ou seja, de fazer com que as políticas públicas de defesa sejam implementadas, já a Atividade de Inteligência teria um papel de prover as informações necessárias para a tomada de decisão dos formuladores de política pública.

Os Serviços de Inteligência sempre estiveram presentes nas principais decisões estatais da história da humanidade essa atividade está intimamente ligada às relações de poder, influenciando os acontecimentos no interior das nações e afetando as relações internacionais²³. Tem por objetivo principal a obtenção de dados para a produção de um conhecimento que assessoro no processo decisório nos mais diferentes níveis, de um oficial no campo de batalha ao chefe da nação, passando pelo empresário que precisa conhecer o cliente e a concorrência e pelo planejador de políticas públicas²⁴.

²¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – 2º Edição Revisada e Ampliada – Rio de Janeiro 1999, editora Nova Fronteira.

²² Lei 9883/1999, de 07 de Dezembro de 1999. Disponível no sítio: http://www.abin.gov.br/modules/mastopublish/?tac=Lei_9883de07%2F12%2F1999 – acesso em 25/09/2008

²³ GONÇALVES, Joanisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá (2008) – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/09.

²⁴ GONÇALVES, Joanisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de

Tal atividade teve seu auge²⁵ em termos de institucionalização, quantidade de recursos disponíveis, e importância para os Estados, os quais faziam grande uso de suas informações, na época da Guerra Fria em que havia uma enorme disputa entre as duas grandes potências a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Esse foi o período de maior comoção para os Serviços de Inteligência com um enorme avanço nas tecnologias de coletar e analisar informações tanto de inimigos como de aliados e também foi o período no qual países que não tinham um histórico de uso, nem conhecimento de Serviços de Inteligência, como o Brasil, passaram a dar importância a essa atividade e criaram suas próprias Agências de Inteligência.

Assim a Atividade de Inteligência tornou-se elemento fundamental para subsidiar o processo decisório dos governos, afetando a maneira como os Estados conduziram as relações internas e internacionais²⁶. Entretanto, com o fim da Guerra Fria foi colocada em questão a necessidade dos Serviços de Inteligência, e discutido se eles não seriam apenas um produto de duas guerras mundiais, assim sendo tiveram seus orçamentos significativamente reduzidos. A resposta da atividade de Inteligência foi se adaptar aos novos orçamentos e manter as informações e conhecimentos fluindo para os governantes e na medida que o século XXI se aproximava e novas tecnologias de comunicação foram sendo desenvolvidas os Serviços de Inteligência continuaram a fazer parte do aparato estatal e é ainda hoje muito utilizado pelos governantes.

Apesar de ter tudo isso em mente ainda fica a pergunta: para que serve o Serviço de Inteligência dentro de um Estado Democrático de Direito? Segundo Bobbio (2004, p. 1147) os Serviços de Segurança, Serviços Secretos, Serviço de Informações, chamados aqui de Serviços de Inteligência, compreendem nos órgãos do Estado que são encarregados de coletar e analisar informações políticas, militares e econômicas sobre os demais Estados. Esses Serviços têm como função também impedir a atividade de espionagem estrangeira em território nacional, a chamada

Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá. – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

²⁵ Ibidem, 21.

²⁶ Ibidem, 21.

contra-inteligência, bem como coordenar todo o conjunto de ações que possam enfraquecer a força dos Estados Inimigos.

Contudo, a Atividade de Inteligência não se ocupa somente de informações sobre os Estados inimigos como diz Bobbio, ela trabalha também com uma grande gama de assuntos e Vidigal²⁷ exemplifica o amplo alcance da atividade de Inteligência quando diz:

*O papel da Inteligência é a avaliação das ameaças à segurança, assim sendo, a área de atuação da Inteligência é quase ilimitada, tanto no campo interno como no externo, sendo necessário delimitá-la em função de diversas variáveis: as ameaças percebidas, o nível de coesão social existente, o grau de presença internacional pretendido, os recursos disponíveis para a área e muitas outras.*²⁸

Percebe-se aí a interdisciplinaridade em que a Inteligência pode atuar, ou seja, ela pode buscar e analisar informações em qualquer área da sociedade como a economia, agricultura, política, análise de outros países e coletar informações sobre qualquer assunto que possa ser uma ameaça ou uma oportunidade para os interesses nacionais.

Para ajudar a delimitar a área de atuação da atividade de Inteligência, além de utilizar a necessidade de informação dos formuladores de políticas públicas, há também a Política Nacional de Inteligência (PNI) do Brasil. A mais atual PNI

²⁷ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qa/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

²⁸ Vice-Almirante (Reformado), membro do Centro de Estudos Estratégicos e Políticos da Escola de Guerra Naval e do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível no sítio: <http://www.planalto.gov.br/qa/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17/04/07.

brasileira foi formulada por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) convocado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de Melo sendo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende agora no final de seu segundo mandato²⁹ reestruturar a Política Nacional de Inteligência.

A PNI vigente deveria dar base às atividades de inteligência dentro do Brasil e estabelecer os pressupostos, objetivos e diretrizes para os vários órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), sendo fixada pelo Presidente da República e executada pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão gerenciador das Atividades de Inteligência no país, tudo sob a supervisão da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI (a qual forma o controle externo da atividade feito pelo Legislativo).

O pressuposto apontado na Política Nacional de Inteligência é que a Atividade de Inteligência no Brasil será utilizada com Instrumento do Estado e não de governo, ou seja, a PNI dispõe diretrizes para a nação como um todo e não para os políticos eleitos em exercício. Tais diretrizes têm por meta a observância à legislação do país, aos direitos e garantias individuais, com fidelidade às instituições democráticas. Os objetivos para a Inteligência do país expostos na PNI são três: produção de conhecimentos de Inteligência para assessorar o Chefe de Estado; a proteção dos conhecimentos sensíveis a respeito dos interesses e da segurança do Estado e da sociedade e o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a consolidação do SISBIN.

E por fim, a PNI discorre sobre quais são as diretrizes que a atividade deve seguir. As diretrizes da Política Nacional de Inteligência são as seguintes:

- a) Executar a atividade de inteligência com estrita conformidade com o ordenamento jurídico do país;
- b) Difundir conhecimentos de inteligência que possam contribuir com o processo decisório e a ação governamental e com a segurança da sociedade e do Estado;

²⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u506669.shtml> - Folha Online - Por Renata Giraldi – “Lula regulariza comitê que vai reformular Política Nacional de Inteligência” – acesso dia 10/02/09

- c) Executar a atividade de inteligência sem vínculos de subordinação, de forma sistêmica e cooperativa entre os integrantes do SISBIN, e por meio de intercâmbio com entidades públicas e privadas nacionais e com serviços de inteligência de outras nações, quando do interesse do país;
- d) Coordenar e integrar as medidas de contra-inteligência, no âmbito do SISBIN, e de proteção do conhecimento sensível, nas entidades de interesse do Estado;
- e) Cooperar com os Poderes Legislativo e Judiciário da União e com órgãos governamentais, por intermédio da difusão de conhecimentos de inteligência;
- f) Aperfeiçoar a política de pessoal voltada para a atividade de inteligência, por meio da integração e cooperação entre os componentes do SISBIN;
- g) Promover o desenvolvimento científico-tecnológico e a evolução doutrinária da atividade e;
- h) atualizar os dispositivos legais complementares necessários aos desempenho da atividade de inteligência.

Existem ainda algumas críticas, feitas pelo professor Gonçalves³⁰, a atual Política Nacional de Inteligência uma delas é que ela deixa de fazer referência a aspectos essenciais da atividade como o quadro da atividade de inteligência no país, a estrutura da comunidade de inteligência e os objetivos nacionais relacionados à inteligência, bem como os objetivos e as diretrizes da atividade no país no âmbito

³⁰ GONÇALVES, Joanisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá. – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

mais elevado, de modo que, a partir desse quadro macro, pudessem ser estabelecidas políticas, planos e estratégias setoriais de vários segmentos da atividade. Ademais a PNI não é um documento muito efetivo, pois além de confundir os objetivos da política pelas missões dos órgãos que compõe o SISBIN ela também não é muito clara nas diretrizes estabelecidas³¹.

Apesar disso, a Atividade de Inteligência segue com o trabalho de ajudar nas formulações de decisões e políticas feitas pelos governantes eleitos com base na demanda que eles fazem para Serviço de Inteligência de informações sensíveis. Ademais, Marco Cepik³² acrescenta dizendo que os serviços de inteligência são agências governamentais, ou órgãos governamentais como diz Bobbio, responsáveis pela coleta, análise e pela disseminação de informações consideradas relevantes para o processo de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas nas áreas de política externa, defesa nacional e provimento da ordem pública. Com isso nota-se que uma agência de Inteligência, como ABIN, ajuda na defesa do país abastecendo nossos representantes governamentais de informações importantes para as decisões estatais e planejamento de políticas visando os interesses brasileiros tanto dentro como fora do país.

A ABIN é o órgão central do sistema de Inteligência no Brasil. Tal agência afirma que o Serviço de Inteligência tem duas funções: a produção de informações sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência no processo de decisão do Poder Executivo e sobre a salvaguarda de informações e a segurança da sociedade e do Estado; e a Contra-Inteligência, conforme já citado, que seria a tomada de medidas necessárias que protejam os assuntos sigilosos e relevantes para o Estado e a sociedade e que neutralizem ações de Inteligência executadas em benefício de interesses estrangeiros³³ sejam esses interesses nacionais ou privados.

Essa divisão entre Inteligência e Contra-Inteligência visa atender às necessidades de rotina do processo decisório presidencial, sendo que a ABIN atua no

³¹ A referência a Política Nacional de Inteligência pode ser encontrada em Tese de Mestrado de Gonçalves (2008). Ele inclui ainda vários dados interessantes sobre a tramitação dessa política no senado.

³²CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora FGV - Rio de Janeiro, 2003

³³ Disponível no site: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=Institucional#atuacao - acesso em 10/07/2008.

acompanhamento de fatos e situações emergentes, previsíveis ou não, com o intuito de antever tanto oportunidades quanto possíveis ameaças ao Estado Democrático de Direito brasileiro.

Tais ameaças são definidas nesse estudo como:

*(...) a possibilidade de o Estado perder ou ver-se despojado seja de posse material ou de condição política, econômica ou militar.*³⁴

E a Inteligência trabalha justamente com a percepção e prevenção dessas ameaças. E ainda segundo Felipe Kern Moreira a percepção de uma ameaça pode ser tida como a previsão de algum dano que possa ser causado ao Estado de modo que tem mais valia gastar recursos com a prevenção do que com a tentativa de se recuperar desse dano.

Cepik acrescenta que a Inteligência é um dos componentes de poder do Estado e por isso os governantes esperam que ela cumpra seu papel de maximizar o poder do país na guerra e na paz. Os governantes precisam disso devido á natureza política do sistema internacional, onde os lucros e ganhos de um país em relação aos outros são decisivos para a sobrevivência econômica e política do governo e da população³⁵.

Ou seja, no ambiente internacional onde os principais atores são os Estados soberanos o papel fundamental dos Serviços de Informação é o de otimizar os recursos, os quais muitas vezes são escassos, e contribuir para que os governantes tenham um melhor entendimento das situações para tomar suas decisões com racionalidade e clareza.

Cepik diz ainda que o funcionamento ideal, em longo prazo, para um Serviço

³⁴ BRIGAGÃO, Clóvis e Mello, Valerie de Campos , Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. –O Papel da Cooperação Internacional na Prevenção de Conflitos: breve estudo do caso brasileiro por Felipe Kern Moreira. Rio de Janeiro: Gamma – 2006 (p. 165 – 169).

³⁵ RABELO, Aldo, Fernandes, Luiz – Política de Defesa para o Século XXI – Brasília – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003 – Inteligência Militar e Política de Defesa por Marco Cepik (p. 113-114).

de Inteligência é contribuir para tornar o processo governamental mais ágil, e melhor informado, sendo que a relevância analítica da inteligência, porém, é restrita a temas e problemas das áreas de Defesa Nacional, Políticas Externas e Segurança Pública de maneira a prevenir contra ataques surpresas, crises diplomáticas e graves ameaças internas. A atividade é, nesse sentido, uma espécie de seguro contra uma ameaça que não se realizar, mas cujo dano potencial justifica o investimento³⁶.

Além disso, Fábio Pereira Ribeiro diz que a atividade de Inteligência se desenvolve dentro da conjectura de ação de um Estado sobre questões estratégicas inerentes a sua sociedade, tendo em vista objetivos claramente estabelecidos de posição e inserção internacionais e ao mesmo tempo dentro de uma construção de segurança nacional, além de defesa contra possíveis ameaças externas o Serviço de Inteligência se propõe formular cenários competitivos de participação do Estado em relação ao mercado exterior expondo seus valores, estabilidade e posicionamento de sua soberania perante as outras nações o que inclui também o relacionamento diplomático na presença de organizações internacionais³⁷.

Assim, a Inteligência por ter essa enorme tarefa de lidar com informações, ela visa a imagem do país no cenário internacional, a defesa de sua autonomia para a formulação de suas políticas públicas, sua soberania, suas relações diplomáticas e inclui nessa cota a preocupação com a competitividade de seu país dentro do mercado internacional, isso sem se esquecer de sua principal função que é manter um nível de segurança desejável para a nação.

E na medida em que o sistema internacional foi ganhando complexidade, não só pelo fato desse sistema estar em constante mutação, mas também pelo alto avanço tecnológico nas áreas de comunicações (criação da internet, de satélites que tiram fotografias de alta resolução da terra, GPS – Global Positioning System) os Serviços de Inteligência também se aperfeiçoavam para fazer frente às novas ameaças do século XXI tais como o terrorismo, o crime organizado e a proliferação de armas de

³⁶RABELO, Aldo, Fernandes, Luiz – Política de Defesa para o Século XXI – Brasília – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003 – Inteligência Militar e Política de Defesa por Marco Cepik (p. 113-114).

³⁷RIBEIRO, Fábio Pereira, Cadernos PROLM/USP (Ano 5 - Vol. 1 - 2006 p. 113-128) Cooperação Estratégica em Inteligência Formação da Defesa Regional: uma Contribuição dos Serviços de Inteligência.

destruição em massa.

De forma mais específica os Serviços de Inteligência tem por meta três objetivos principais: coletar, analisar e disseminar informações para ajudar os governantes. A coleta de conhecimentos e informações pode ser feita de várias formas, tais como, o antigo e ainda eficiente, uso de agentes que obtêm informações através de outros agentes bem situados dentro do aparato governamental do país ou organização alvo ou fazendo parte do corpo diplomático que é chamado de Humint (Human intelligence). Há também a Sigint (Signals intelligence) que é a interpretação, tradução, decodificação e análise de mensagens a qual é interceptada por uma terceira parte que não o emissor e o receptor³⁸.

Existe ainda a Imint (Imagery intelligence) que surgiu como uma disciplina especializada somente depois das duas guerras mundiais e a Imint se dá pela coleta e análise de imagens fotográficas, televisionadas e outros tipos de evidências visuais que também podem ser obtidos por patrulhas, equipes de vigilância e até agentes de Inteligência. A Masint (Measurement and signature intelligence) que lida com medidas e assinaturas. Fazem parte dessa área de coleta desde sinais de telemetria de mísseis estrangeiros até o monitoramento de fenômenos geofísicos. E por ultimo, mas não menos importante; e a Osint (Open sources intelligence) que é a coleta de informações a partir de fontes ostensivas, é a análise de documentos oficiais sem restrições de segurança bem como o monitoramento da mídia (rádio, televisão, revistas e jornais) sobre os alvos³⁹.

Percebe-se aí que, apesar de alguns autores afirmarem que a principal função da inteligência é conseguir informações sem o consentimento, cooperação ou até mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação⁴⁰, a coleta de informações pode e deve ser feita, também, pelas vias normais e legais de obtenção de informações, seja por leitura de jornais e revistas, ou por pedido de informação de documentos não restritos, ou até mesmo uma consulta pela internet, a qual contem uma enorme gama

³⁸ CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora: FGV - Rio de Janeiro 2003.

³⁹ Ibidem, 31.

⁴⁰ CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora: FGV - Rio de Janeiro 2003 – p.28.

de dados e informações.

Contudo, deve ficar claro aqui que Inteligência não é apenas a informação em si e sim um conjunto de conhecimentos sobre determinado assunto, ou seja, o Serviço de Inteligência coleta as informações, processa e analisa todos os dados brutos e produz um conhecimento que visa subsidiar o processo decisório dos governantes⁴¹, os quais são os consumidores finais dos produtos de inteligência.

Ademais, entre as funções de uma Atividade de Inteligência segundo Cepik estão: o apoio ao planejamento das capacidades defensivas, o apoio aos planos militares e desenvolvimento e/ou aquisição de sistema de armas, monitorar alvos e ambientes externos para reduzir incertezas e aumentar conhecimentos, proteger os segredos governamentais e garantir a segurança das informações, conhecimentos e comunicações⁴².

E Lange complementa o que Cepik diz afirmando que a Inteligência, a Diplomacia e as Forças Armadas devem atuar em conjunto para obter uma otimização na manutenção da defesa, dos objetivos e dos recursos nacionais. A área diplomática contribui de forma a abranger da descrição de fatos, situações e cenários sobre seus países hospedeiros, já a área militar tem como função a obtenção e avaliação de informações sobre as forças armadas do país ou organização alvo e assim como a área diplomática conseguir informações específicas sobre as questões de interesse estatal e adotar medidas de proteção para os assuntos sensíveis e sigilosos⁴³.

Enfim, é preciso ter informações concisas sobre o que é ou não necessário para o país, ameaças e possíveis oportunidades para manter o país inserido de forma

⁴¹ GONÇALVES, Joanisval Brito, *Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá*. – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

⁴² CEPIK, Marco, Regimes Políticos e Sistema de Inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, p. 113-114.

⁴³ LANGE, Wellington da Costa, *A Atividade de Inteligência no Âmbito das Relações Internacionais* – Univ. Rel. Int., Brasília, v.5, n.1\2, p. 125-141, Jan./Dez. 2007. Disponível no sítio: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/314/508> – acesso dia 12/03/2009.

autônoma e competitiva no cenário internacional. E quem lida com informações sensíveis para assessorar os formuladores de políticas públicas é o Serviço de Inteligência. Assim, é importante para um país ter um Serviço de Inteligência eficiente para que se possa fazer políticas bem estruturadas e ter uma política de Defesa Nacional clara, racional e eficaz de forma a proteger os interesses da nação e salvaguardar os recursos e conhecimentos de todos os brasileiros.

Além do mais, ter informação na atual conjuntura internacional é sinônimo de ter poder e um Estado só é realmente estabelecido em sua soberania quando possui um Serviço de Informações eficiente e eficaz. O Brasil que tem destaque regionalmente e almeja uma posição de líder dentro da comunidade internacional precisa também garantir seu Serviço de Inteligência e não tê-lo. Para que isso ocorra seria necessário fortalecer essa instituição dentro da sociedade e apresentá-la de maneira clara e objetiva à população. Com uma Inteligência estabelecida o Brasil poderá conquistar uma posição efetiva dentro da comunidade internacional e firmar sua posição de líder regional na América Latina.

O próximo tópico falará dos conhecimentos e informações com as quais trabalham os Serviços de Inteligência, que são as informações sensíveis a uma nação, são os conhecimentos estratégicos.

1.3 - CONHECIMENTOS ESTRATÉGICOS

É muito importante para essa monografia a definição de “Conhecimentos Estratégicos” ou Conhecimentos Sensíveis, pois grande parte do trabalho da Inteligência e da Defesa gira em volta da salvaguarda desses conhecimentos. De acordo com Bobbio⁴⁴ a estratégia pode ser concebida:

Como um plano vasto e complexo que se apóia

⁴⁴ BOBBIO, Noberto, Dicionário de Política, 5ª edição, Editora UNB, São Paulo 2004 – p.431.

num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos, intimamente ligados entre si.

Tendo esse conceito em mente, nota-se que tal plano visa, principalmente, alcançar um objetivo específico em favor do Estado estrategista. Com isso, percebe-se que o Conhecimento Estratégico seria um aglomerado de informações que visam dar base para um conjunto de princípios de caráter geral que teriam por meta principal, dentro de Estado como, por exemplo, o Brasil, ajudar no processo decisório do presidente da república, dar base para a formação de políticas públicas de defesa, diplomacia, políticas sociais, políticas de investimento nas áreas mais necessárias para o desenvolvimento da nação, entre outras.

Para a Escola Superior de Guerra do Brasil, o Conhecimento Estratégico, também tido aqui como Conhecimento Sensível, é toda a informação gerada pelo Sistema de Inteligência que tenha interesse potencial, ou imediato para o processo de planejamento e execução de políticas públicas⁴⁵. Essa definição, contudo, é deficiente, pois o Conhecimento Sensível não se restringe somente a informações produzidas pelo Serviço de Inteligência, Lange define de forma mais completa o conceito de Conhecimentos Estratégicos dizendo que o:

Conhecimento sensível é toda informação geradora de poder e cobiçada por terceiros (indivíduos, organizações e outros Estados), que possa trazer impactos para a segurança ou para a economia do Estado e que, por sua natureza, necessita de medidas especiais de proteção, tendo em vista a sua importância estratégica para as instituições nacionais e para o desenvolvimento do país. É um ativo cada vez mais precioso, pois gera desenvolvimento, e este

⁴⁵ Manual Básico da Escola Superior de Guerra – Volume II, Parte II: Elementos de Inteligência Estratégica, disponível no site: <https://www.esg.br/pdf/MB%20VOL%202.pdf> – acesso dia 15/05/2009.

*acaba por atrair a atenção e o interesse de outros países*⁴⁶.

As informações coletadas e analisadas pelo Serviço de Inteligência, as quais foram extensivamente citadas acima são consideradas Conhecimentos Estratégicos, ou Informações Estratégicas, assim como todo o conhecimento gerado pelas pesquisas de empresas privadas e do governo. Também é considerado Conhecimento Sensível para a nação brasileira os conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e freqüentemente demandam uma conscientização da população e proteção contra outras instituições privadas, indivíduos e até mesmo outros Estados.

Em um mundo tão globalizado como é o atual, informações estratégicas têm um valor muito alto, e quem tem acesso a esse tipo de informação tem um grande poder nas mãos e também uma grande vantagem. Por isso cada nação tem seu Serviço de Inteligência, para proteger as informações estratégicas de seu país e assegurar o poder soberano e autônomo de seu Estado.

A parte do Serviço de Inteligência que tem a atribuição de proteger os Conhecimentos Sensíveis é área da Contra-Inteligência. E o autor Marcos Cepik afirma que a área de contra inteligência é apenas uma parcela de uma área maior chamada de segurança informacional (infosec – informations security), a qual ele divide em três áreas menores: Contramedidas de Segurança (SCM – security countermeasures) que são as medidas de proteção que as capacidades adversárias de obtenção de informações como programas de classificação de segredos governamentais, regras de custódia e transmissão de documentos, restrições ao acesso de prédios e arquivos para pessoas não autorizadas, uso de criptografia para a preservação da segurança nas comunicações, programas para a sensibilização e educação na área de proteção á informação – ou seja essa seria a área que cuidaria da proteção dos conhecimentos sensíveis.

Contra inteligência (CI – counterintelligence) que identifica operações de

⁴⁶ LANGE, Wellington da Costa, A Atividade de Inteligência no Âmbito das Relações Internacionais – Univ. Rel. Int., Brasília, v.5, n.1\2, p. 125-141, Jan./Dez. 2007. Disponível no sítio: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/314/508> – acesso dia 12/03/2009.

coleta de inteligência de um adversário, detecta e neutraliza os meios intrusivos de obtenção de informações utilizados por um governo ou organização considerada hostil. E segurança de operações (Opsec – operations security) que é o conjunto de procedimentos que visam identificar quais as informações sobre equipamentos, operações, capacidades e intenções que seriam críticas para o adversário obter.

Entretanto nesse trabalho se usará o conceito tradicional que é utilizado no Brasil. Tal conceito está no Manual Básico da Escola Superior de Guerra⁴⁷ e é também o mais utilizado por autores brasileiros como Lange e Gonçalves onde diz que Contra-Inteligência é:

A Contra-Inteligência é uma atividade desenvolvida necessariamente por todas as Organizações de Inteligência com o objetivo de identificar, impedir, neutralizar ou reduzir a atuação dos Serviços de Inteligência adversos. [Ela] preocupa-se constantemente com a segurança das atividades de inteligência concernentes aos assuntos governamentais de caráter sigiloso, nos campos da Segurança e do Desenvolvimento Nacionais. Neste sentido procura salvaguardar os conhecimentos e/ou dados sigilosos oriundos do Sistema de Inteligência ou por ele manuseados, bem como os dados sigilosos gerados por outras entidades nacionais, públicas ou privadas.

Lange afirma ainda que a primeira linha de defesa de um país, anterior mesmo ao uso das forças armadas, está nas entidades responsáveis pela Inteligência e Contra-Inteligência, pois esses órgãos é que são responsáveis pela integridade do patrimônio intelectual, dos assuntos sigilosos nacionais e dos interesses a eles ligados. Sendo efetivos, os Serviços de Inteligência, na coleta de informações e nas ações preventivas de neutralizar e frustrar a busca de conhecimento de outras entidades, o desgaste com

⁴⁷ Na nota de rodapé n° 74 do primeiro capítulo do livro Espionagem e Democracia, o próprio Cepik admite que no Brasil o termo Contra-Inteligência é utilizado para designar a função de proteção ao conhecimento.

as operações voltadas para a reação de um ataque ou ameaça é reduzido, o que proporciona uma economia de recursos, a qual é sempre bem vinda dentro de uma nação⁴⁸.

Com isso, percebe-se que a finalidade da Contra-Inteligência, dentro de um Estado Democrático como o Brasil, é proteger o Estado e sua população contra a atividade de Inteligência de outros Estados ou organizações, bem como seus assuntos sigilosos. A distinção entre Inteligência e Contra-Inteligência é de que a primeira é ativa, ou seja, busca ativamente conhecimentos e informações e a segunda é passiva, visa defender e negar informações às pessoas e entidades não autorizadas a acessá-las⁴⁹.

O trabalho da área de Contra-Inteligência é muito importante para evitar que informações que possam afetar a segurança da nação ou da economia sejam utilizadas de maneira errônea, o que prejudicaria e muito o Estado. Mas, o que pode ser um Conhecimento Estratégico? Qual é o tipo de informações que podem se tornar sensíveis para um país? Há todas as descobertas científicas e tecnológicas, as quais são de vital importância para um país e aí estão incluídas também as inovações e pesquisas. Conhecimento Estratégico é toda informação que pode gerar possível impacto para uma nação.

Mais especificamente, Bobbio⁵⁰ faz uma lista dos principais conhecimentos estratégicos que devem ser produzidos pelos Serviços de Inteligência são eles: a consistência e organização logística das forças armadas dos Estados estrangeiros, sua doutrina estratégica, planos de mobilização e emprego, armamento em uso e em projeto. E também, como foi percebido antes, as informações estratégicas não são apenas sobre as atividades militares, elas também incluem atividades patente e secreta dos governos, conteúdo das alianças militares, políticas externas, andamento das

⁴⁸ LANGE, Wellington da Costa, A Atividade de Inteligência no Âmbito das Relações Internacionais – Univ. Rel. Int., Brasília, v.5, n.1\2, p. 125-141, Jan./Dez. 2007. Disponível no sítio: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/314/508> – acesso dia 12/03/2009.

⁴⁹ GONÇALVES, Joanisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá. – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

⁵⁰ BOBBIO, Norberto, Dicionário de Política, 5ª edição, Editora UNB, São Paulo 2004 – p.1147.

trocas comerciais, atividade dos exilados políticos, condições das indústrias, recursos produtivos e energéticos, e pesquisas científicas. Enfim tudo o que diz respeito a uma nação pode vir a ser ou se tornar um conhecimento estratégico.

Dáí vem à necessidade de um serviço que possa classificar e analisar o que é, ou não, Conhecimento Estratégico para o país. E, feita a devida classificação, vir a proteger os conhecimentos que devem ficar dentro da nação afinal:

Controlar e decidir também no que respeita ao funcionamento do sistema socioeconômico global implica o uso de informações (...) o controle de tais informações confere automaticamente uma posição de vantagem. Ela (informação) é um dos pontos mais críticos que condicionam o funcionamento de qualquer sistema socioeconômico, constituindo um papel eminentemente polític.⁵¹

Ou seja, o Estado democrático de direito demanda segurança e informação para suas tomadas de decisões e para que suas instituições políticas possam persistir e cumprir sua função, eficientemente, de manter a ordem interna e buscar alcançar os interesses externos da nação.

Enfim, por ser o atual cenário internacional altamente cambiante, o Estado, para ser soberano dentro desse cenário, precisa ter autonomia para gerar políticas públicas internas, externas, de defesa nacional e de provimento da ordem pública. Por esse motivo, ele necessita ter informações sobre os assuntos em pauta para decidir a melhor forma possível de agir dentro do contexto interno e internacional.

Ademais, informação sensível é um bem muito precioso e elemento fundamental para a obtenção de vantagens dentro do sistema mundial e devido ao fato de gerar desenvolvimento ele se torna muito atrativo e chama atenção e o interesse de

⁵¹ BOBBIO, Noberto, Dicionário de Política, 5ª edição, Editora UNB, São Paulo 2004 – p.1029.

outros Estados e organizações e por isso deve ser protegido de maneira eficaz.

No próximo capítulo trataremos de expor a instituição da Atividade de Inteligência dentro da sociedade brasileira analisando seu órgão central que é a Agência de Inteligência Brasileira (ABIN) e a legislação que trata da salvaguarda de Conhecimentos Estratégicos. E será analisado também, o impacto do Serviço de Inteligência para a população brasileira e o que reflete para o Brasil, na atual conjuntura internacional, ter uma Atividade de inteligência e eficaz.

CAPITULO 2

A CONJUNTURA INSTITUCIONAL DA INTELIGENCIA NO BRASIL

Esse capítulo visa apresentar a Agência Brasileira de Inteligência, contando um pouco de sua história, como surgiu, sua missão e função no estado brasileiro. Além disso, objetiva mostrar como a Inteligência é usada atualmente, sua base legislativa e como é supervisionada pelas instituições brasileiras.

Haverá nesse capítulo também uma explicação de como a Inteligência é vista pela população brasileira, porque ela influencia a relação entre os países, e quais poderiam ser suas conseqüências. O capítulo está dividido em 4 seções: a primeira faz uma análise sobre a origem do Serviço de Inteligência no Brasil e da formação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), principal órgão de Inteligência no Brasil, a segunda mostra a inter-relação entre a sociedade brasileira e o Serviço de Inteligência.

A terceira explicita qual é a legislação brasileira sobre o Serviço de Inteligência como, por exemplo, a lei que deu vida a ABIN, demonstrando o controle do Estado sobre esse Serviço e sobre um projeto de lei que dispõe sobre a proteção de conhecimentos estratégicos. Por fim, mas não menos importante, a quarta seção visa apresentar um pouco da Inteligência no cenário Internacional, suas possíveis relações e conseqüências para um país que não possui uma Inteligência efetiva.

2.1 A AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

O começo do Serviço de Inteligência no Brasil ocorreu com a criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927, decorrente das preocupações com conturbações políticas como o tenentismo, movimentos operários e as tensões na

Europa, agravadas pelas dificuldades econômicas do país na época⁵². Coube ao Conselho de Defesa Nacional, que era um órgão de caráter somente consultivo, reunir informações sobre todos os assuntos: econômicos, políticos, bélicos, financeiros, sociais e até morais os quais de alguma forma pudessem interferir na segurança e estabilidade do país. Priscila Antunes⁵³ lembra que desde a criação do Conselho de Defesa Nacional já havia uma preocupação com a proteção de documentos sensíveis à nação, por isso o decreto nº17.999/27 dava providência de que os papéis, arquivos e objetos do Conselho ficariam sob a guarda e responsabilidade do Estado-Maior do Exército⁵⁴.

Posteriormente, em 1937, o Conselho de Defesa Nacional passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional (CSN) e depois do final da segunda Guerra Mundial, em 1946, esse Conselho expandiu-se com a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI). Entretanto, a atuação efetiva do SFICI no cenário brasileiro só ocorreu doze anos depois, devido à pressão política feita pelos Estados Unidos que cuidavam para que o Brasil se alinhasse com sua doutrina capitalista⁵⁵.

O incentivo dos Estados Unidos levou ao fortalecimento do SFICI para combater quaisquer tendências de esquerda que o Brasil poderia vir a ter. O combate aos comunistas e aos simpatizantes de Fidel Castro e Che Guevara encorpou os trabalhos do Serviço⁵⁶ e a maior contribuição do SFICI foi dar início a uma sistematização dos procedimentos de Inteligência no Brasil e o estabelecimento de regras sobre a produção de conhecimento sensível⁵⁷. Além disso, havia uma grande instabilidade das instituições brasileiras tanto políticas, econômicas, quanto sociais o que culminou na intervenção militar de 1964 e na criação de um Serviço de Inteligência maior e mais efetivo: o conhecido Serviço Nacional de Informações -

⁵² Disponível no sítio: <http://www.abin.gov.br/> - acesso dia 20 de Junho de 2008

⁵³ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro Editora: FGV, 2002.

⁵⁴ GONÇALVES, Joannisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá. (2008) – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009, p. 471.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Lucas. Meio século de bisbilhotagem. **Nossa História**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 34, p. 12-18, ago. 2006.

⁵⁶ Ibidem, 45.

⁵⁷ Ibidem, 44.

SNI.

O projeto para a criação do Serviço Nacional de Informações feito pelo General Golbery do Couto e Silva⁵⁸ e levado para a aprovação do Congresso pelo Presidente Castello Branco teve como resultado a Lei 4.341 de 1964⁵⁹, a qual deu vida ao maior órgão de Inteligência brasileiro o SNI. O Serviço Nacional de Inteligência incorporou o SFICI inclusive todo seu acervo e funcionários civis e militares. O Serviço de Inteligência passou possuir status de ministério, muitos recursos financeiros e não precisaria prestar contas de seus gastos. Com isso, o SNI, se transformou no pilar da ditadura militar, deixou de apenas coletar e analisar informações e passou a apontar pessoas a quem perseguir e indicar quais políticas o país deveria adotar.⁶⁰

Ademais, o SNI, ao contrário do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências, era vinculado diretamente ao Presidente da República e tinha por objetivos superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contra-informação em particular as que interessassem a segurança nacional; assessorar o Presidente da República na orientação das atividades de informações e contra-informações, proceder com a coleta, avaliação e integração das informações em proveito das decisões do Presidente e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional e, por fim, promover, no âmbito governamental, a difusão adequada de informações e das estimativas decorrentes⁶¹.

Na época do período militar, o SNI foi adquirindo cada vez mais poder e prestígio. E rapidamente a pequena estrutura do SFICI deu lugar a um amplo sistema

⁵⁸“O General Golbery, ficou conhecido como a eminência parda do governo. Não falava em público, não dava entrevistas, mas estava por trás de tudo. Ganhou notoriedade nacional em 1964, foi um dos principais articuladores da conspiração contra João Goulart, transformando-se numa espécie de ideólogo da nova ordem. Fundador do Serviço Nacional de Informações e principal colaborador do governo Geisel no processo de abertura política. A direita o odiava, pois sabia que ele tramava o fim do regime e a esquerda o odiava, porque ele pretendia manter, ainda que mudada, uma ordem de coisas que havia dez anos ela combatia. Uma das mentes mais brilhantes da caserna brasileira do século XX, o General Golbery é considerado o pai do Planejamento Estratégico do Brasil e um dos ícones da doutrina geopolítica brasileira. Tendo sido o primeiro chefe do SNI, Golbery acabaria vendo sua idéia desvirtuada com o recrudescimento do regime militar e teria chegado a comentar que havia criado um monstro”, op. cit., p.488-489. GONÇALVES (2008).

⁵⁹ Ibidem, 44.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹Disponível no site: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128650/lei-4341-64> - Lei 4.341 de 13 de junho de 1964 dispõe sobre a instituição do Serviço Nacional de Informações. – Acesso dia 20/05/2009.

de informações. Além disso, embora herdasse a estrutura do SFICI, o SNI tinha mais atribuições e mais prestígio. Vale ressaltar também, que os políticos brasileiros estavam completamente despreparados naquela época para lidar com o controle externo dos Serviços de Inteligência⁶². Aquele momento também foi palco da criação da Escola Nacional de Informações e da formulação do primeiro Plano Nacional de Inteligência que dava base a todas as atividades de Inteligência do país e indicava a doutrina de Inteligência a ser utilizada no Brasil.

E mesmo depois do final da ditadura o SNI persistiu, mas com muito menos efetividade do que antes. No governo do Presidente José Sarney o Serviço foi bastante reduzido até que, finalmente, em 1990, depois da eleição do Presidente Fernando Collor, foi extinto. O Serviço de Inteligência passou a ser feito por órgão governamental de menor tamanho e com menos prestígio que o SNI intitulado Departamento de Inteligência - DI.

O cenário político e econômico mundial sofreram novamente uma guinada, os inimigos deixaram de ser os estáveis comunistas e se tornaram muito mais ativos, complicados e preocupantes como os narcotraficantes e terroristas (principalmente depois do 11/09/2001) e esse fato exigia uma atenção maior para a defesa dos interesses internos de um país. Com isso, o Serviço de Inteligência voltou a ter importância efetiva para a sociedade brasileira e foi reestruturado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que deu vida a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

A Agência Brasileira de Inteligência foi criada em dezembro de 1999, como a principal instituição do Sistema de Inteligência Brasileiro. A ABIN tem como objetivos principais determinar as ações de planejamento e execução das atividades de Inteligência dentro e fora do país, o que implica nas operações de obtenção, análise e disseminação de informações, e também a salvaguarda de informações sensíveis à nação⁶³. Ou seja, proteção aos Conhecimentos Estratégicos e importantes para os

⁶² GONÇALVES, Joanisval Brito, *Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá.* – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

⁶³ Disponível no sítio: <http://www.abin.gov.br/> - acesso dia 30 de junho de 2008

interesses do país. Tais informações colhidas e analisadas pela Agência são utilizadas e demandadas pelo processo de decisão e formulação de políticas públicas do Poder Executivo.

Por trabalhar com coleta, análise e disseminação de informações, a Agência Brasileira de Inteligência tem em seu escopo de competências o planejamento e a execução de programas de proteção aos conhecimentos sensíveis relativos aos interesses e a segurança do Estado e da sociedade brasileiros⁶⁴, como por exemplo, o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (o qual será mais detalhado no terceiro capítulo) o que inclui a proteção dos conhecimentos e tecnologias geradas por pesquisadores, empresas brasileiros e inclui também os conhecimentos das comunidades tradicionais brasileiras e indígenas.

Enfim, com a criação da ABIN foi proporcionado ao Brasil à institucionalização da atividade de Inteligência no país, por meio de ações de coordenação do fluxo de informações necessárias às decisões governamentais no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades potenciais, aos antagonismos e as ameaças, reais ou potenciais para os interesses da sociedade brasileira.

O próximo tópico irá abordar a legislação brasileira a respeito da atividade de Inteligência, a necessidade de se ter um controle externo sobre os Serviços de Inteligência e como e por quem é feito esse controle externo dos serviços de Inteligência.

2.2 – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

Devido ao seu grande escopo e da multidisciplinaridade da Atividade de Inteligência, é dever do governo federal deixar claro o que é esperado da do Serviço de Inteligência⁶⁵, ou seja, definir sua área de atuação, suas premissas e, é claro, os

⁶⁴ Disponível no sitio: <http://www.abin.gov.br/link:institucional> - acesso dia 03 de junho de 2008.

⁶⁵ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004,

setores de maior interesse para a segurança nacional de forma a estabelecer prioridades para o trabalho de coleta, análise e distribuição de dados. Além disso, devido à natureza das atividades de Inteligência, a qual é a habilidade de lidar com informações sensíveis à nação e muitas vezes secretas, cabe ao governo, também, definir as formas de controle e fiscalização do Serviço de Inteligência.

E por esse motivo os parlamentares do país criaram a legislação que dá suporte e delimita a atividade de Inteligência no Brasil, bem como a salvaguarda de conhecimentos e documentos estratégicos e sigilosos do país. Tais leis expõem desde penas para crimes contra a segurança nacional até a regulamentação da segurança dos arquivos públicos e privados. Contudo trataremos aqui apenas de parte dessa extensa legislação, a que trata do Serviço de Inteligência e de seus esforços para a proteção dos assuntos sensíveis à nação.

Marcos Cepik afirma⁶⁶ que atualmente o Brasil possui uma legislação bastante desenvolvida nas áreas de Inteligência e de Segurança da Informação e a lei nº9.883 de 7 de Dezembro de 1999⁶⁷ é a principal lei analisada nesse trabalho, não só porque ela instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), como também dá providencias sobre o controle das atividades de Inteligência e salienta que a ABIN deve seguir as diretrizes estabelecidas previamente pelos governantes, tal como a Política Nacional de Inteligência que é fixada pelo Presidente da República⁶⁸. E como dito anteriormente, tais políticas e diretrizes devem dar foco as ações da agência de Inteligência.

O parágrafo único do artigo 3º dessa lei diz ainda que as atividades de Inteligência devem ser feitas com total observância aos direitos e garantias individuais, e o artigo 6º inclui uma outra garantia a observância da democracia dentro dessa atividade quando define um controle e uma fiscalização externos para

Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/psi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁶⁶ CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora: FGV - Rio de Janeiro 2003.

⁶⁷ As leis desse tópico foram retiradas da Série Coletânea de Legislação Nº 4 – Proteção de Conhecimentos Sensíveis e Sigilosos, disponível no sitio: <http://www.nitpar.pr.gov/wp-content/blogs.dir/1/files/2007/12/protacao-de-conhecimentos-sensiveis-e-sigilosos.pdf> - acesso dia 13/03/2009, mas também podem ser acessadas pelo sitio da Presidência da República.

⁶⁸ Artigo 5º da lei nº9.883 de 7 de Dezembro de 1999.

essa atividade. Tal controle e fiscalização são feitos por uma comissão do poder legislativo a Comissão de Controle da Atividade de Inteligência - CCAI, a qual possui representantes de toda a sociedade, e, com isso, traz uma maior segurança para a população que terá a ciência de que o serviço de Inteligência não extrapolará suas funções como aconteceu com o antigo SNI. Esse assunto será aprofundado mais adiante.

Já o controle e fiscalização internos da atividade de Inteligência são feitos pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a qual supervisiona a execução da Política Nacional de Inteligência; e pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, que inspeciona a aplicação de verbas⁶⁹ da atividade.

Para complementar essa lei (9.883 de 7 de Dezembro de 1999) foi instituído o decreto nº4.376 de 13 de Setembro de 2002 o qual regulamenta o SISBIN (Sistema Brasileiro de Inteligência) definindo sua organização, hierarquia, funcionamento e responsabilidades dentro do Estado Democrático de Direito brasileiro. Além disso, ele relaciona todos os órgãos que fazem parte desse sistema dispondo sobre suas atividades e funções.

A Atividade de Inteligência apesar de ser legitimada pela legislação ainda tem alguns empecilhos de se institucionalizar dentro da sociedade brasileira devido a uma série de fatores que serão discutidos a seguir.

Apesar da quantidade de legislação sobre a atividade de Inteligência e sobre a proteção dos conhecimentos sensíveis, ainda se faz necessário uma elaboração mais específica de leis para que não haja interpretações errôneas tornando o sistema ineficaz. Vidigal faz uma lista de princípios que devem ser levadas em conta quando se considera a formação de legislação sobre Inteligência, visando um maior aprofundamento nessa área e para torná-la mais eficaz.

⁶⁹ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

Alguns desses dos principais princípios que devem ser levados em conta para tornar a legislação brasileira mais eficiente e sem margem para interpretações erradas são:

- a) Os sumários e as análises do Serviço de Informações devem ser apartidárias e objetivos;
- b) A obtenção de informações exige sempre que seja orientada para fins específicos
- c) A informação deve ser capaz de melhorar ou modificar as premissas sobre as quais o governo baseia suas decisões; mas, jamais deve ser utilizada como a única base para decisões, e sim, apenas como uma fonte de ponderações especiais e novas, que podem, em certas circunstâncias, ser suficientes para inclinar a balança decisória para um ou outro lado

Esse são exemplos que Vidigal expõe para a melhor elaboração da legislação brasileira e que deveriam ser levadas em consideração na hora de legislar sobre a área de Inteligência.

Enfim, mesmo tendo uma boa base de legislação sobre proteção de conhecimentos sensíveis e sobre o Serviço de Informações, ainda é preciso aprofundar o assunto e criar uma legislação mais específica para a área de Inteligência no país, pois dessa forma reduziria e muito a possibilidade de interpretações errôneas da legislação atual e tornaria o Serviço de Inteligência mais eficaz devido a melhor definição das linhas guias da atividade.

No próximo tópico será apresentada a atividade de Inteligência dentro da conjuntura internacional, como geralmente a comunidade internacional se relaciona com os serviços de Inteligência e como esses serviços afetam suas relações.

2.3 - A INTELIGÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A atividade de Inteligência tem sido usada pela humanidade desde o começo dos tempos, contudo era caracterizada sob outros nomes como, por exemplo, reconhecimento e espionagem⁷⁰. A maioria das grandes conquistas da história têm relatos de que o uso dessa atividade foi fundamental para a vitória, entretanto o Serviço de Inteligência como conhecemos hoje só foi realmente institucionalizado, ou seja, se tornou legítimo com o advento das duas Grandes Guerras Mundiais.

Todavia, com o final da Guerra fria, foi posto em discussão em muitos países a necessidade e o papel dessa atividade, pois não haveria (teoricamente) mais o porquê da utilização desses serviços, o que apontava que o peso desse tipo de instituição foi, na verdade, somente um fenômeno passageiro, ou seja, um produto secundário das duas guerras mundiais e da guerra fria⁷¹.

No início os serviços de informações reagiram de forma a se adaptar as novas exigências da área, isto é, se adequaram aos novos e reduzidos orçamentos, cooptaram com o novo cenário internacional, o qual se tornou bem mais volátil, e passaram a se atualizar com as novas tecnologias da informação e da comunicação⁷².

E mesmo com uma demanda de informação mais exigente e diversificada a atividade de Inteligência conseguiu chegar ao século XXI ainda fazendo parte do aparato estatal das principais potências mundiais, com isso o debate passou a ser sobre a eficiência dos Serviços de Inteligência no cumprimento de suas funções. Porém, não será aprofundado aqui a discussão sobre a real efetividade do serviço de Inteligência, pois apesar de ser um assunto em pauta dos Serviços de Informação e uma preocupação vigente esse assunto foge muito do escopo desse trabalho⁷³.

Segundo Cepik, ao se adaptarem as novas prerrogativas a atividade de

⁷⁰ MARTCHENKO, Alexandre, Perspectivas para a Inteligência Externa do Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004. Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁷¹ CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora: FGV - Rio de Janeiro 2003 - p14-15.

⁷² Ibidem.

⁷³ Para informações mais profundas sobre a institucionalização, eficácia e eficiência dos Serviços de Informações aconselha-se a leitura completa do livro Espionagem e Democracia de Marco Cepik já citado anteriormente.

Inteligência passou a se dedicar mais amplamente as relações adversariais, ou seja, as relações que podem por em risco a segurança e a salvaguarda da nação. A partir do momento em que houve a redução das fronteiras com as melhorias tecnológicas, o trabalho da inteligência passou a ser mais massivo e abrangente e necessitou de uma adaptação para uma maior agilidade com vista a corresponder as expectativas do mercado de informações.

Para complementar essa linha de pensamento Vidigal acrescenta ainda que o Serviço de Inteligência do século XXI tem uma relação muito maior com as relações internacionais e competitividade do que em períodos anteriores. A Atividade passou a abranger não somente os assuntos militares, mas também os civis como a biopirataria, lavagem de dinheiro, corrupção, mais recentemente o terrorismo, tudo isso para ajudar o Estado nas suas decisões políticas, econômicas e diplomáticas. Isso sem contar a salvaguarda de documentos sensíveis à nação como, por exemplo, o segredo industrial das centrífugas brasileiras de enriquecimento de urânio, que os fiscalizadores do Tratado de Não Proliferação (TNP) de armas nucleares insistiam em ver.

A competitividade entre os países aumentou grandemente devido a globalização, e para um país como o Brasil, que almeja uma maior participação no mercado externo, e uma posição de maior relevo dentro da comunidade internacional, é de grande importância a utilização eficiente de um Serviço de Inteligência⁷⁴. Por quê? Ora, pois esses serviços ajudam a visualizar ameaças contra os interesses do país, sem contar com a proteção de informações tanto políticas quanto econômicas, que em mãos erradas, pode prejudicar a sociedade brasileira.

Além disso, na esfera interna de atuação da Atividade de Inteligência as informações providas desse serviço ajudam a manter a ordem pública e a paz social, isso sem esquecer a contra inteligência que tem a função de neutralizar a tentativa de outros países ou empresas de adquirir conhecimentos que possam contrapor os interesses do Brasil.

⁷⁴ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

Entretanto Cavagnari⁷⁵ diz que não é só o campo dos Serviços de Inteligência o qual o Brasil precisa melhorar. Segundo ele o Brasil não pode ser tornar uma potencia regional com um assento no Conselho de Segurança da ONU sem ter condições de participar efetivamente das ações da ONU, isto é, possibilidade de enviar tropas para missões de imposição da paz das Nações Unidas. Ele diz ainda que falta ao Brasil “autonomia estratégica” para formular alianças militares e ter tropas disponíveis para participar de maneira mais ativa das decisões do Conselho.

Isso implica que mesmo sendo uma nação democrática de estabilidade política e economia crescentes, o Brasil, militarmente, ainda não tem condições de ser uma potência, pois não poderia arcar de maneira apropriada com o envio de tropas para auxiliar a ONU nos momentos mais críticos, ainda que já tenha participado de missões de paz para essa organização.

Assim, Atividade de Inteligência faz parte das funções normais que são desenvolvidas pelos governos, organizações e empresas se tornando um instrumento que ajuda aos decisores a administrar conflitos e superar obstáculos tanto para as ações governamentais como para as empresariais. Além disso, a Inteligência não apenas identifica ameaças ela pode também perscrutar oportunidades⁷⁶ que venham a ser benéficas para a execução dos objetivos e interesses da nação.

Nota-se que a Inteligência é utilizada há bastante tempo pelos Estados e podemos dizer que as principais nações do planeta fazem uso de Serviços de Informações nos dias atuais. Mesmo que as vezes desperte medo e controvérsias, esses serviços têm participado ativamente das esferas decisórias do Estado⁷⁷. E

⁷⁵ CAVAGNARI, Coronel Geraldo Lesbat Filho, Adequação da Atividade de Inteligência á Realidade do Século XXI. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁷⁶ BESSA, Jorge da Silva, A importância da Inteligência no Processo decisório - In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004. Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁷⁷ MARTCHENKO, Alexandre, Perspectivas para a Inteligência Externa do Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004,

atualmente, para a maioria das nações o principal problema para a atividade não é a ameaça que outros Estados podem representar e sim crimes transnacionais como o terrorismo, a biopirataria, o crime organizado, a lavagem de dinheiro, os quais, para serem combatidos de maneira eficaz, exigem uma união de forças por parte dos governos e dos seus Respectivos Serviços de Inteligência.

De acordo com Matchenko⁷⁸, essa é a tendência que deve ser normalmente seguida pelos governos. O intercâmbio de informações com outras agências de Inteligência é uma das principais atitudes a serem tomadas para a efetiva prevenção e combate contra as atividades que possam causar danos a segurança e a estabilidade social de um país.

O serviço de Informações, então, tem o trabalho de proteger o país contra possíveis ameaças aos seus interesses e a sua ordem pública. Tal percepção pode ser entendida como a antecipação, por parte do observador (o tomador de decisão na esfera estatal) de um dano que pode ser causado ao Estado, geralmente tais ameaças são nas áreas militar, estratégica, ambiental ou econômica. E na tentativa de identificar essas ameaças o Estado se depara com a complexa e interdependente realidade das relações internacionais. Mas o Brasil sendo um país tão pacífico sofre ameaças? Justamente por ser uma nação muito pacífica o Estado brasileiro não sofre nenhuma ameaça imediata de outra nação, porém há fatores de instabilidade que podem expor o país e seus interesses ao risco como, por exemplo, o narcotráfico na fronteira Brasil/Colômbia que é um fator que gera corrupção e violência⁷⁹.

Além disso, como já citado anteriormente, outras ameaças colocam em risco a estabilidade e segurança dos cidadãos, elas são provenientes de redes internacionais criminosas como a lavagem de dinheiro, terrorismo e a criminalidade organizada que

Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004. Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁷⁸ MARTCHENKO, Alexandre, Perspectivas para a Inteligência Externa do Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004. Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

⁷⁹ BRIGADÃO, Clóvis e MELLO, Valerie de Campos, Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. –O Papel da Cooperação Internacional na Prevenção de Conflitos: breve estudo do caso brasileiro por Felipe Kern Moreira. Rio de Janeiro: Gamma – 2006 (p. 165 – 169).

acabam por afetar o Brasil devido a porosidade fronteiriça que tais crimes detêm.

O tráfico de drogas colombiano, por exemplo, é uma das principais preocupações da política de Defesa brasileira⁸⁰ o temor advém das atividades das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) que aumentam a vulnerabilidade da Amazônia. A preocupação com os crimes transnacionais aumentou ainda mais depois do 11 de setembro e o terrorismo passou a ser prioridade na agenda de segurança internacional. Com isso a demanda por uma intensa atuação da atividade de Inteligência nessa área específica aumentou, devido, principalmente, a possível presença de pessoas ligadas a atividades terroristas⁸¹.

O MERCOSUL, em soma ao combate ao terrorismo, ainda incluiria em sua agenda um política comum a luta ao narcotráfico e á lavagem de dinheiro, o que comprova a disposição na intensificação das relações latinas como pilares na construção de uma região destituída de conflitos ou ameaças transnacionais. Para isso, a atuação da Atividade de Inteligência e a cooperação entre as agências de Inteligência dos países é vital para que um combate eficiente contra os crimes transnacionais ocorra de maneira eficaz.

Enfim, a atividade de Inteligência sempre teve papel significativo para as nações que buscam concretizar seus interesses dentro do cenário altamente cambiante que é o cenário internacional. E hoje com a intensificação de crimes transnacionais esses serviços são, mais do que nunca, necessários para manter um Estado de segurança e ordem para os cidadãos.

A seguir, no tópico 2.3, será discutido o serviço de Inteligência dentro da sociedade brasileira especificamente, suas principais funções e como essa atividade é vista pela população.

⁸⁰ Idem, 36.

⁸¹ Idem, 36.

2.4 - O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA.

Muitos brasileiros vêem o Serviço de Inteligência e seus agentes com muita desconfiança⁸², o que se deve por vários fatores. Primeiro é importante salientar que os brasileiros ainda têm uma vívida lembrança das décadas de ditadura militar e do papel central que exercia o SNI no apoio aos governantes daquele tempo.

Contudo, comparar a atual Agência de Inteligência com o SNI não é totalmente correto, pois apesar de ainda ter alguns funcionários do antigo SNI o mesmo foi extinto há mais de 18 anos, era um órgão controlado por militares e muito de seus funcionários eram militares, e nem o Estado, nem os parlamentares (que representariam o controle da população) exerciam controle algum sobre ele. O Serviço Nacional de Informações tinha acesso direto ao Presidente da República e, apesar do SNI não ter poder de polícia e nem fazer operações de Inteligência, esse órgão era o pilar de apoio ao regime militar⁸³.

Já a ABIN não possui acesso direto ao Presidente, esse órgão responde ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) e ele sim é quem passa as informações necessárias ao Presidente, essa passagem pelo Ministro-Chefe do SGI facilita o controle da Atividade de Inteligência.

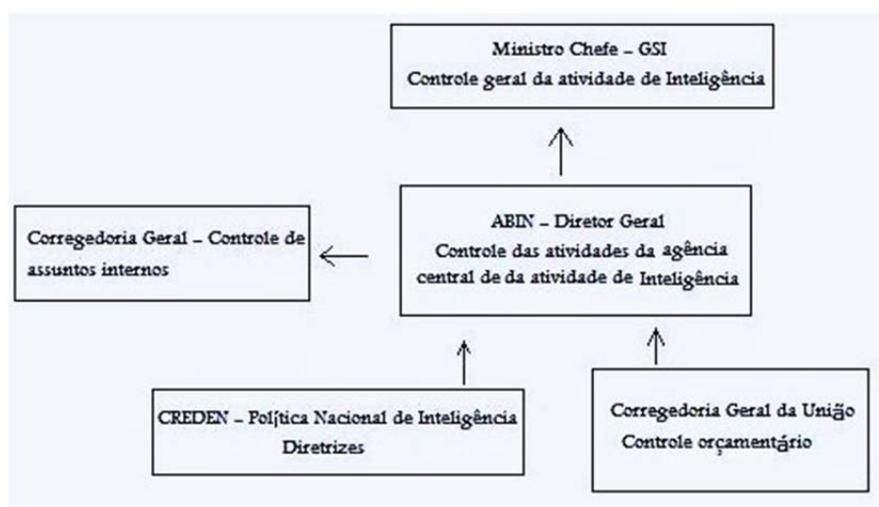
Ademais, a ABIN não é controlada por militares, tem caráter civil, seus funcionários são quase cem por cento civis, o ingresso na Agência se dá via concurso público, suas atividades (segundo o artigo 3º § único da lei 9.883/99) são desenvolvidas com respeito aos Direitos Humanos e garantias individuais, fora isso a Agência passa por um controle externo feito por uma comissão mista parlamentar composta de membros da Câmara e do Senado Federal.

⁸²GONÇALVES, Joanisval “Quem precisa de inteligência” Artigo Correio Brasiliense - Coluna: Opinião 02/10/2008.

⁸³ “Outro aspecto da atuação da comunidade de segurança e informações nos “anos de chumbo” diz respeito ao fato de que o comando do sistema de repressão foi do exercito e não do SNI. Na verdade o SNI tinha pouca ou nenhuma ingerência sobre o sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna – cerne do combate a luta armada e aos grupos de resistência contra o regime da ditadura). Até participava das reuniões do aparato de informações, mas, geralmente, tinha poucas condições de intervir ou orientar as ações dos órgãos de repressão. É bom frisar que o SNI jamais prendeu, interrogou ou processou alguém.” GONÇALVES (2008) p. 561.

O controle do Serviço de Inteligência, como mostra o quadro abaixo, é feito internamente pelo Diretor Geral da ABIN que administra o dia-a-dia do órgão, orienta as atividades operacionais, é responsável pelos subordinados e responde por eventuais irregularidades; pela Corregedoria Geral que é mais voltada para as atividades e infrações cometidas pelos servidores; pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) que, em última análise é quem dá orientação nas diretrizes e orientações a serem seguidas pelo serviço secreto; CREDEN (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) que supervisiona a Política Nacional de Inteligência (PNI) e fiscaliza a obediência as diretrizes da PNI; e a Controladoria Geral da União (CGU) que junto com as secretarias de controle interno inspecionam a aplicação de verbas para a área de Inteligência.

QUADRO 1 - CONTROLE INTERNO DA ABIN



Fonte: Elaborado pela autora

Já o controle externo pode ser efetuado pelo poder judiciário quando acionado, ou seja, por meio de trâmite processual. E o controle parlamentar que é feito em várias instâncias, é o Congresso que decide a aprovação e nomeação do Diretor Geral da ABIN aceitando ou não a indicação feita pelo Presidente. Tem também o controle fiscal, financeiro e contábil feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) além de fiscalizar as contas públicas o TCU pode ser acionado para realizar auditorias e investigações a pedido do Congresso⁸⁴. E eles têm uma Comissão Mista de Controle

⁸⁴ GONÇALVES, Joanisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de

das Atividades de Inteligência (CCAI) que tem o propósito específico de ficar de olho em todo o serviço secreto, a fim de assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição Federal e normas constantes no ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais, do Estado e da sociedade⁸⁵.

Mas mesmo com o controle do Congresso sobre a Atividade de Inteligência, a população não sabe exatamente o que uma Agência de Inteligência faz, nem sabe seu papel dentro de uma democracia⁸⁶. Como dito anteriormente, a ABIN tem por objetivo identificar ameaças a segurança do Brasil tais como combate ao crime organizado, a luta com o narcotráfico e o tráfico de pessoas, neutralizar possíveis espionagens estrangeiras, combater, também, o terrorismo e ajudar a formular políticas públicas para a Defesa Nacional fornecendo informações sensíveis aos nossos formuladores de políticas.

E quando a sociedade brasileira tem notícia de que o Serviço de Inteligência fez alguma coisa importante para o país como ajudar a prender bandidos acontece uma série de irregularidades e falhas como foi o caso da altamente divulgada pela mídia: “Operação Satiagraha”. Tal operação foi feita pela Polícia Federal em conjunto a ABIN para prender um banqueiro acusado de corrupção e lavagem de dinheiro⁸⁷ onde veio á público notícias sobre graves problemas no Serviço de Inteligência tais como, emprego irregular de servidores em missões de espionagem contra autoridades públicas e suspeitas de vazamento de informações sigilosas. O que contribuiu ainda mais para aumentar as desconfianças da sociedade com relação ao serviço secreto.

Contudo deve-se olhar essas falhas no Serviço como incentivo para reformular e melhorar a Inteligência no país, aprimorando o controle do executivo e do

Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá (2008) – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

⁸⁵ O objetivo da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência está no Regimento Interno da CCAI encontrado no sítio: http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2008/055-CN-REL2008-Comiss%C3%A3o%20Mista%20Intelig%C3%A4ncia.pdf – Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – acesso dia 13/05/2009.

⁸⁶Ibidem 19

⁸⁷Mais informações sobre a Operação Satiagraha se encontra disponível no sítio: http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac. - acesso dia 17/11/2008

legislativo sobre os Serviços de Inteligência do Brasil sem, é claro, engessar o trabalho realizado por esse serviço⁸⁸. O Comandante Cunha e Couto⁸⁹ defende a necessidade de ampliação das relações institucionais da ABIN com o Congresso Nacional para uma melhor compreensão da sociedade sobre o papel de um órgão de inteligência.

Além disso, outra melhoria que poderia ser efetiva para a realização da atividade de Inteligência no Brasil, seria a informação das autoridades públicas, e quando possível, da sociedade sobre a legalidade e legitimidade⁹⁰ das atividades e operações exercidas pela ABIN e seus agentes.

A falta de interesse da população brasileira sobre as atividades da ABIN e do Serviço de Inteligência como um todo deriva da visão da sociedade sobre a necessidade de Defesa Nacional, onde estão incluídos todos os assuntos correlatos à Inteligência. O Brasil tende a crer que as questões de Defesa não são tão relevantes quanto às questões sociais do país⁹¹, e geralmente sua manutenção é deixada para as pessoas que trabalham com o assunto de defesa em si como os militares, analistas internacionais e pesquisadores das universidades.

Por esse motivo ela é geralmente deixada para segundo plano pelos representantes governamentais e pela população no geral, causando assim uma grande defasagem de recursos que deveriam estar destinados a defesa dos bens e interesses do Brasil, além de incentivos que poderiam estar sendo alocados para a pesquisa e o desenvolvimento da área de Defesa. Kuhlmann exprime melhor esse argumento quando diz:

(...) a sociedade brasileira e os órgãos

⁸⁸ Artigo: 2008, O Caso da Inteligência - GONÇALVES, Joanisval, disponível no sitio: <http://www.inforel.org/url.jsp?noticiaId=3060>

⁸⁹ BESSA, Jorge da Silva, A importância da Inteligência no Processo decisório - In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004 Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 /04/2007.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Essa questão da falta de interesse da sociedade brasileira pelas necessidades de Defesa nacional é melhor analisada pelo autor Eliézer Rizzo de Oliveira no artigo: Considerações políticas sobre a defesa nacional - DefesaNet 29 de Abril de 2006 - Retirado do site dia 26 de Junho de 2008

legislativos e governamentais tem baixa preocupação com temas de Defesa e pouco conhecimento em relação às forças armadas.” Isso cria conflito: por um lado os militares que têm todo o peso da defesa do país em suas mãos e do outro lado ocorre um estrangulamento das forças armadas pela estrutura estatal devido ao desconhecimento das suas reais finalidades e com isso restringe drasticamente o orçamento (...)⁹²

Como Kuhlmann diz o orçamento militar de Defesa Nacional também está ligado ao orçamento do Serviço de Inteligência e da Defesa, e essa falta de interesse e conhecimento sobre o trabalho realizado não só pelos militares como também pelos agentes de Inteligência causa um grande problema de eficácia nesse serviço, o que traz um grande risco para a Defesa Nacional.

Seria importante quebrar essa barreira do receio dos cidadãos mostrando um Serviço de Inteligência transparente e supervisionado pelos poderes executivo e legislativo do Estado democrático, diminuindo assim o medo da população de terem seus direitos reduzidos como na época da ditadura militar e proporcionando um conhecimento melhor para a massa das atividades de Inteligência no país⁹³ e assim aumentar a confiança da população no aparato de segurança do Estado.

Além disso, as principais nações do mundo possuem um Serviço de Inteligência que ao longo de séculos vêm auxiliando aos seus governantes nas principais decisões de Estado⁹⁴. Mesmo que em certos momentos essa atividade gere controvérsias e cause receio entre os cidadãos, devido à falta de conhecimento e medo de ter seus direitos e garantias individuais limitadas, ela ainda assim é muito

⁹² KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, Exército Brasileiro: Estrutura militar e ordenamento político 1984 - 2007.

⁹³ Artigo: 2008, O Caso da Inteligência - GONÇALVES, Joanisval, disponível no sítio: <http://www.inforel.org/url.jsp?noticiaId=3060>

⁹⁴ MARTCHENKO, Alexandre, Perspectivas para a Inteligência Externa do Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

importante dentro do atual cenário internacional, pois seu objetivo maior é defender a nação de crimes transnacionais como o narcotráfico, o terrorismo e o tráfico de pessoas.

E para o efetivo combate aos crimes internacionais seria necessária, segundo Martchenko⁹⁵, uma uniformidade de doutrina na Inteligência. Isso ajudaria no intercâmbio de informações entre agências de Inteligência sendo que tal cooperação internacional é um dos principais procedimentos tomados para a prevenção de atentados contra a segurança e a estabilidade dos países, tornando a luta contra os crimes transnacionais melhor e mais fácil.

Fora isso nenhuma democracia, dentro da conjuntura internacional altamente cambiante como a atual, pode deixar de fazer uso de um instrumento legítimo e eficaz de Defesa Nacional como o Serviço Secreto. Segundo Gonçalves:

Um país sem inteligência é um país que se vê constantemente surpreendido, vulnerável e conduzido pelos acontecimentos como uma folha lançada ao vento. Um país sem inteligência sempre será coadjuvante, nunca protagonista, no jogo das nações.

E como o Brasil almeja um papel central na comunidade internacional como líder regional da América do Sul, até disputando um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas com outras nações em desenvolvimento que também tem uma proeminência regional em seus continentes como a Austrália⁹⁶, é vital ter um Serviço de Inteligência que auxilie o país com informações sensíveis para estar

⁹⁵ O ex-oficial da Inteligência Alexandre Matchenko chefiou vários segmentos da área de formação e análise, culminando com a função de direção geral nacional da atividade como Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos, posteriormente Casa Militar, hoje Gabinete de Segurança Institucional. É um dos próceres da criação da ABIN. Foi também presidente do Conselho Nacional de Imigração. Atualmente é Professor/Assessor de Relações Internacionais e Coordenador de Estratégia na Graduação e Pós-graduação da Universidade Católica de Brasília.

⁹⁶ FILHO, Coronel Geraldo Lesbat Cavagnari, Adequação da Atividade de Inteligência à Realidade do Século XXI. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

sempre preparado e não ser pego de surpresa em nenhum assunto que possa atrasar sua ascensão na comunidade internacional.

Em conclusão, verifica-se que para o Brasil alcançar o almejado reconhecimento como líder regional pela comunidade internacional é necessário ter em mente que a Atividade de Inteligência é muito importante para atingir esse objetivo. E para se ter um Serviço de inteligência eficiente é preciso o apoio da população brasileira. Para conseguir esse apoio se faz necessária uma melhoria na transparência dessa instituição bem como um suporte legislativo mais efetivo para um controle externo dessa atividade feito pelos governantes eleitos.

Assim, a população passaria a ter uma cultura de maior preocupação com os assuntos de defesa e também passaria a não temer mais o serviço secreto de seus país, pois passaria a conhecer seu papel dentro da democracia e como é importante o auxílio de informações para a formulação de políticas e também para a proteção dos conhecimentos sensíveis e dos interesses de todos os brasileiros.

No próximo capítulo será exposto de maneira mais aprofundada uma das missões da Atividade de Inteligência que é a contra-inteligência. Especificamente será abordado a salvaguarda e proteção dos assuntos sigilosos e conhecimentos estratégicos do país que é feita pelo Programa Nacional de Proteção aos Conhecimentos Sensíveis (PNPC).

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CASO – PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO

Esse capítulo tem por objetivo expor um estudo de caso de proteção do conhecimento estratégico para o país, tendo por base a atuação da ABIN. Como o órgão central da inteligência no Brasil, quais são as medidas que essa agência tem tomado para proteger as informações sensíveis e vitais para o país? A principal medida feita pela ABIN para salvaguardar os conhecimentos da nação foi à criação de um programa chamado Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível – PNPC que foi primeiramente implementado em 1997.

Haverá nesse capítulo, portanto, uma análise sobre esse programa, qual foi seu impacto dentro da sociedade brasileira, expondo quais são os principais objetivos do programa e sua função primordial e sua efetividade para a salvaguarda de conhecimentos. O último capítulo desse trabalho será dividido em duas subseções; a primeira tratará densamente do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento, expondo seus fundamentos, sua efetividade e o porquê uma sociedade como a brasileira precisa de um programa como esse e a outra será dedicada base legislativa do programa.

3.1 – PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO SENSÍVEL - PNPC

Para que um Estado democrático de Direito possa garantir a segurança necessária para a população e promover os interesses do país é essencial ter um Serviço de Inteligência juntamente com as forças armadas e a diplomacia para que

essa nação possa ter uma mínima autonomia no sistema internacional⁹⁷. A partir daí o país tem que lutar para conseguir um espaço no tão cobiçado mercado internacional e depois disso manter esse espaço, e é aí que entra toda a influência do aparato institucional da nação, para defender os interesses do Estado dentro e fora de seu território.

Mas para isso é necessário ter conhecimentos estratégicos e proteger as informações sensíveis do seu país, para que ele não venha a ter seus interesses prejudicados, e em um mundo extremamente competitivo como o atual proteger suas informações estratégicas é vital para a sobrevivência de um país tanto no mercado exterior quanto para manter sua autonomia.

Por isso a busca de informações, para obter vantagens nas negociações e adquirir um diferencial competitivo nas relações diplomáticas⁹⁸. Em decorrência da intensa globalização e inovações tecnológicas ficou imprescindível que o conhecimento sensível seja protegido, ainda mais quando está em jogo os interesses econômicos e de soberania de um país.

No caso do Brasil, a era do conhecimento tem trazido grande inserção do país na conjectura internacional, pois ele apresenta grandes avanços em inovações em áreas estratégicas como a biotecnologia (em novos combustíveis renováveis), a nuclear, a aeroespacial, o agronegócio, além de universidades e institutos de pesquisa que vêm se consolidando como centros de pesquisa⁹⁹, os quais contribuem e muito para aumentar a produção científica e tecnológica da nação.

Para firmar sua posição em ascendência dentro do cenário internacional o Brasil tem a necessidade de salvaguardar os conhecimentos resultantes das pesquisas e dos desenvolvimentos tecnológicos, bem como fomentar uma cultura de proteção de informações sensíveis, que, por mais importante que seja a preservação desses

⁹⁷ CEPIK, Marco, Regimes Políticos e Sistema de Inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 67 a 113.

⁹⁸ NASCIMENTO, Marta Sianes Oliveira do, e BALUÉ, Isabel Gil, Proteção do Conhecimento – uma questão de contra-inteligência de Estado. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – vol. 2. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2008 - p. 637-648.

⁹⁹ *Ibidem*, 45.

conhecimentos a consciência de que devem ser protegidos ainda é pouco difundida dentro da sociedade brasileira, o que deixa o país exposto a vários tipos de ameaças como a espionagem, por exemplo.

Na atual realidade internacional a competitividade de uma nação não está ligada somente a quantidade e qualidade de conhecimentos produzidos e acumulados, mas também está ligada a efetiva proteção desse tipo de informação. E depois de falar tanto sobre o quão importante é o conhecimento sensível para a defesa dos interesses estratégicos de um Estado Democrático de Direito, vem à pergunta: o que a ABIN e o SISBIN como um todo têm feito para proteger as informações estratégicas do Brasil?

Medidas como a criação do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento têm sido muito divulgadas pelos Estados com a intenção de evitar a ameaça de espionagem e resguardar as vantagens competitivas do país¹⁰⁰. E como o Brasil tem tido avanços significativos em áreas sensíveis, além de ter uma rica biodiversidade e de possuir muitos conhecimentos tradicionais associados, tudo isso, pode torná-lo alvo de ameaças como biopirataria e espionagem¹⁰¹.

A estrutura do PNPC é adaptável às necessidades de cada instituição que possui acordo com a ABIN. O Programa propõe uma atuação integrada, abrangendo a educação de segurança e a identificação de ameaças e vulnerabilidades em quatro segmentos: Proteção física e do ambiente; Proteção de documentos e conformidade; Proteção na gestão de pessoas; e Proteção de sistemas de informação e continuidade¹⁰².

A proteção física e do ambiente é regrada por medidas destinadas à proteção dos locais aonde são elaborados, tratados, manuseados, custodiados ou armazenados conhecimentos, informações, dados e materiais sigilosos.

¹⁰⁰ VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – Paper: Proteção do Conhecimento – uma questão de contra-inteligência do Estado. Autoras: Isabel Gil Balué e Marta Sianes Oliveira do Nascimento. Disponível no site: https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/viienee/exec/arquivos/ANAISVIIENEE_INTERNET/01SEGURANCAEDEFESA/MESA14SEGURANCANOVASDIMENSOES/MESA14PAPERS/MartaProtConhSocInformacao.pdf - acesso dia 16/03/2009

¹⁰¹ Ibidem – 44.

¹⁰² http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/ - acesso dia 11/09/2009

A proteção de documentos e conformidade ocorre com a implementação de providências destinadas a salvaguarda, a elaboração, o manuseio, o trânsito, a difusão, a recepção, o armazenamento e o descarte de documentos sigilosos, bem como a sua formal adequação às leis e normas que regem o negócio da instituição.

Já a proteção na gestão de pessoas é normatizada por meio de atos preventivos que visam evitar a alocação de pessoas com perfil inadequado em funções sensíveis, além de orientar servidores ou empregados a adotarem padrões de conduta profissional e ética adequados à proteção de conhecimentos sensíveis.

E por fim, há a defesa de sistemas de informação e continuidade que são ações que visam a garantir o funcionamento da infra-estrutura tecnológica de suporte ao acesso, ao armazenamento e à comunicação de dados, informações e conhecimentos sensíveis, destinados a resguardar a sua integridade, disponibilidade e confidencialidade, além de garantir o restabelecimento desses serviços em caso de sinistro.

Essa divisão, segundo a ABIN, ocorre por razões didáticas, uma vez que os segmentos são complementares e devem ser tratados de forma conjunta, para que se alcance o nível de salvaguarda desejado. A metodologia utilizada no programa foi desenvolvida pela ABIN, com base em metodologias reconhecidas e experimentadas em todo o mundo.

Ademais, o PNPC possui quatro objetivos a cumprir dentro das instituições em que atua. O primeiro objetivo é conscientizar as instituições que possuem conhecimentos sensíveis nacionais sobre as ameaças a que estão sujeitos. O segundo é incentivar o desenvolvimento da cultura de proteção do conhecimento estratégico, inclusive do conhecimento tradicional associado à biodiversidade genética brasileira.

O terceiro objetivo é apresentar medidas de salvaguarda para esses conhecimentos e assessorar na sua implementação. E quarto e último é interagir com os órgãos governamentais e instituições nacionais que detêm conhecimentos sensíveis. Essas metas são alcançadas dentro de cada instituição parceira por meio de

quatro fases diferentes, as quais são instituídas de acordo com as necessidades de proteção de cada instituição.

Tais fases, como exemplifica a tabela abaixo, são a de Sensibilização; Identificação de Alvos e Ameaças; Diagnóstico e Acompanhamento. A fase de Sensibilização tem por meta principal executar as atividades destinadas à conscientização e sensibilização dos profissionais da instituição para a adoção de medidas, ações, procedimentos e comportamentos adequados, considerada a natureza sensível dos assuntos aos quais tenham acesso. A etapa de Identificação de Alvos e Ameaças objetiva a identificação do que deve ser protegido e do nível de ameaça existente para cada alvo em potencial. Essa fase é realizada de forma conjunta, entre a ABIN e a instituição parceira.

A terceira fase é a de Diagnóstico que se destina a avaliação do sistema de proteção da instituição na qual está sendo instituído o PNPC, a fim de identificar as vulnerabilidades e recomendar quais ações, procedimentos e controles de segurança que devem ser tomados, tendo por base a metodologia de proteção do conhecimento estratégico desenvolvida pela ABIN, a legislação vigente e as características funcionais da instituição parceira.

A quarta e última fase de é a de Acompanhamento. Ela é subdividida em duas etapas a de Normatização que é a consultoria e assessoramento para a elaboração de políticas e normas internas concernentes á proteção do conhecimento sensível. E a de classificação que inclui as atividade que visam orientar e exercitar a aplicação de critérios legais e institucionais, para a classificação de documentos contendo assuntos sigilos da instituição.

TABELA 1 – ETAPAS DO PNPC

	Etapa	Objetivo
Sensibilização	Primeira	conscientização dos profissionais da instituição parceira
Identificação de alvos e ameaças	Segunda	Desenvolve a cultura de proteção ao conhecimento
Diagnóstico	Terceira	Apresenta medidas de salvaguarda
Acompanhamento	Quarta	Interagir com órgãos e instituições que possuem conhecimentos sensíveis

Fonte: Elaborada pela autora

É interessante citar que todo o processo de inserção do PNPC dentro da instituição é realizado por profissionais da ABIN. Mas isso não significa que esse programa tenha acesso a todos os dados, sistemas, informações e conhecimentos sensíveis da instituição parceira, salvo àqueles estritamente relacionados aos processos que visam à proteção de conhecimentos, ou seja, o objeto do trabalho proposto¹⁰³.

O PNPC tem por meta, ainda, a proteção do Brasil contra ameaças aos bens da sociedade brasileira, outros objetivos do programa são: a conscientização da sociedade como um todo sobre as ameaças potenciais aos conhecimentos sensíveis nacionais, desenvolver a cultura de proteção à informação, elaboração de diagnósticos e normatização de procedimentos de proteção direcionados para áreas e instalações, documentos e materiais, pessoas e sistemas de informação e assessorar na implementação de medidas de salvaguarda dos conhecimentos¹⁰⁴.

A conscientização da população sobre a cultura de proteção ao conhecimento é incentivada de maneira mais objetiva por meio dos simpósios anuais e outros eventos como palestras, seminários e cursos nas universidades, além de promover ações educativas nas comunidades locais e indígenas que possuem conhecimento tradicional associado.

¹⁰³ Todo o material sobre a Estrutura, os Objetivos, os Avanços do PNPC foi dado pela ABIN, enviado para a autora desse trabalho via e-mail.

¹⁰⁴ Ibidem - 44

Esses eventos proporcionam um diálogo sobre o assunto em pauta gerando novas idéias de como proteger de forma mais efetiva o conhecimento e possibilita uma ampliada reflexão sobre a salvaguarda de informações tendo em vista as particularidades de cada região.

O Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível destina-se a todos os tipos de instituições, sejam elas públicas ou privadas que tenham em sua posse, ou criam informações sensíveis para o Brasil. Sua atuação é mais específica nas áreas de Defesa Nacional, Conhecimentos dos Povos Indígenas e das Comunidades Tradicionais; novas fontes alternativas de energia, o agronegócio, (que é um dos pilares da economia brasileira) e, é claro, pesquisa, desenvolvimento e inovações científicas e tecnológicas.

Sua missão principal é demonstrar as potenciais ameaças às informações estratégicas e sensibilizar tanto as instituições públicas como as privadas sobre tais ameaças, apresentando cuidados básicos de proteção. Já são parceiros do PNPC a Caixa Econômica Federal, o Banco Central do Brasil, a Embrapa, Gado de Corte (MS), o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, o Centro Gestor e Operacional do Sisnam, Os Centros Técnicos e Operacionais do Sistema de Proteção da Amazônia, o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc), o Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun, entre outras instituições de pesquisa e empresas de caráter estratégico¹⁰⁵.

Esse trabalho visa ainda analisar a efetiva atuação do programa dentro da sociedade brasileira. E por isso é importante ressaltar que num primeiro momento o PNPC não teve uma aceitação muito boa por parte das empresas privadas. Segundo Marcial¹⁰⁶ essa pouca aceitação foi devido ao fato de que a sociedade como um todo possuía incertezas com relação às atividades da agência e por o PNPC está diretamente associado a ABIN o programa não teve efetividade.

¹⁰⁵ Inteligência – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN e SNJ assinam convênio para proteção do conhecimento. Disponível no sitio: <http://www.defesane.com.br/intell/abin.html>. Acesso dia 22/01/2009.

¹⁰⁶ Romeu Marcial é secretário executivo da ABRIC (Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva) – essa análise foi retirada do sitio: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco124721.0.htm – 25/09/2009

Entretanto, a ABIN tomou iniciativas de mostrar qual é seu papel dentro do país por meio de seminários e simpósios de Inteligência e com isso houve uma ampliação do conhecimento da população sobre as atividades de Inteligência e conseqüentemente as empresas, que tinham certo receio por causa do passado da atividade de Inteligência no país passaram a conhecer melhor as funções da agência e a se interessar mais pelo programa.

E depois que a ABIN passou a realizar anualmente tais eventos para difundir o programa e esclarecer possíveis dúvidas sobre suas atividades, o PNPC, segundo Eduardo Siqueira Brick¹⁰⁷, passou a ter real eficácia para as instituições. A partir desse ponto o programa vem realizando efetivamente sua função de salvaguardar os conhecimentos das empresas parceiras, tendo em vista não só a proteção física das informações sensíveis, mas também a conscientização dos funcionários que lidam diariamente com tais informações.

Enfim, o PNPC envolve áreas de proteção desde inovações tecnológicas e científicas, proteção das informações estatais até os conhecimentos tradicionais das populações indígenas¹⁰⁸ de uma maneira efetiva e eficaz. Sendo que a principal missão desse programa é a conscientização das potenciais ameaças dentro das empresas parceiras e a criação de uma cultura de proteção do conhecimento de modo a alertar também a sociedade como um todo.

Com isso fica estabelecida uma abordagem sobre a salvaguarda de informações sigilosas e sensíveis na intenção de minimizar ao máximo os potenciais riscos e ameaças a esses conhecimentos. E visando a promoção de uma sociedade mais consciente e atenta ao seu patrimônio informacional. O programa desenvolvido pela Agência Brasileira de Inteligência facilitou para que empresas produtoras de conhecimentos sensíveis pudessem buscar auxílio para a salvaguarda de suas

¹⁰⁷ O Brasil e a Proteção e o Controle de Bens Sensíveis - disponível no sítio: <http://64.233.163.132/search?q=cache:h5qK7uDuDAQJ:www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/EduardoSiqueiraBrick.doc+EduardoSiqueiraBrick+pnpc&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> – Acesso dia 28/09/2009.

¹⁰⁸ CANTANHÊDE, Eliane e VALENTE, Rubens, Diretor quer “desmistificar” ABIN com cartilha – Folha de São Paulo 04/01/2006. Também disponível no sítio: http://www.defesanet.com.br/intel/abin_04_jan_06.html acesso dia 13/01/2009.

informações vitais com a conscientização da população e dos funcionários das empresas de que é muito importante a proteção das informações estratégicas da empresa parceira e conseqüentemente do país.

3.2 – BASE LEGISLATIVA DO PNPC

O Brasil se preocupa com a salvaguarda do conhecimento oficialmente desde a criação do Estágio de Proteção da Informação Empresarial pela Escola Superior de Guerra na década de 80. A procura por estágios de proteção aumentou e para comportar a demanda de proteção ao conhecimento em 1997 a Casa Militar da Presidência da República, junto com a ABIN, implementou a portaria número 277 que deu vida temporária ao PNPC.

A atividade de Inteligência também se preocupa com a efetiva criação de normas, leis, procedimentos e mecanismos de proteção de informações estratégicas para diminuir e combater as possíveis ameaças nesse campo¹⁰⁹. Com isso o programa foi instituído de forma definitiva como uma medida de contra-inteligência e em 19 de Agosto de 2009 em que foi institucionalizado pela portaria número 42, publicada no Diário Oficial da União pelo Gabinete de Segurança Institucional.

De acordo com a portaria, a responsabilidade de coordenação do PNPC fica sob a guarda da ABIN. O programa é feito por meio de acordos técnicos e parcerias entre a agência e as instituições interessadas, sejam elas públicas ou privadas, que criam ou guardam conhecimentos sensíveis, tais conhecimentos representam a riqueza da nação e dão garantia e estabilidade para o país dentro do cenário internacional.

A proteção ao conhecimento estratégico está inserida dentro da área de contra-inteligência, a qual é entendida, em sentido amplo, como sendo as atividades e procedimentos que têm por objetivo neutralizar a Inteligência adversa e salvaguardar o conhecimento produzido. Sua meta principal é dificultar, o máximo possível, ações

¹⁰⁹ Disponível no site: <http://www.abin.gov.br/search.php?query=pnpc&action=results> - acesso dia 20/06/2008

de obtenção de dados negados feitas por outros Estados ou organizações, tomando medidas de segurança que impeçam o acesso a tudo o que se quiser manter sigilo, protegendo tanto documentos quanto pessoal e instalações¹¹⁰.

E é isso que o programa faz, elabora medidas para proteger as informações sensíveis, o pessoal que tem acesso a essas informações e as instalações onde esses conhecimentos estão contidos. O artigo 4º da portaria do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) especifica ainda as áreas de atuação do programa. São elas:

- a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica tanto privada quanto pública;
- b) Conhecimento tradicional das comunidades locais e indígenas associado ao patrimônio genético;
- c) Minerais e materiais estratégicos (como o petróleo, e o álcool combustível), agronegócio e fontes alternativas de energia e;
- d) Infraestruturas críticas nacionais, que são definidas na própria portaria como sendo instalações, serviços, bens e sistemas que, se forem interrompidos ou destruídos provocarão um grande impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Poderíamos citar como exemplos a geração e distribuição de energia; o refino e distribuição de gás e petróleo; os sistemas de distribuição de água; as telecomunicações; o sistema financeiro; e o transporte.

A portaria define também o conceito de conhecimento sensível (que foi usado no tópico 1.3 desse trabalho como conhecimento estratégico) como sendo toda informação sigilosa, ou estratégica, no qual o acesso não autorizado pode comprometer a obtenção dos interesses nacionais e resultar em perdas significativas

¹¹⁰ GONÇALVES, Joanisval Brito, *Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá (2008)* – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

para a nação, e por isso, necessita de medidas de proteção especiais.

Além da portaria que institui o PNPC há ainda uma extensa legislação sobre a proteção ao conhecimento e, por isso, será apresentado nesse trabalho apenas as leis que se relacionam mais com o programa da ABIN. Uma lei que vale ressaltar é a Lei 7.170 de 14 de Dezembro de 1983, a qual define crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e estabelece seu processo e julgamento.

Essa lei prevê a punição de pessoas que de alguma forma lesem ou exponham a integridade territorial, a soberania nacional e o regime político vigente. Em seu artigo 13 há a previsão uma punição severa de 3 a 15 anos de prisão para quem comunica, entrega, participa de serviço de espionagem, oculta ou presta auxílio a espião, obtém ou revela documentos sensíveis, ou sigilosos do Brasil para qualquer Estado ou grupo estrangeiro.

Há também o decreto número 3.505 de 13 de junho de 2000 o qual institui a política de segurança da informação nos órgãos e entidades da administração pública federal para assegurar o direito á inviolabilidade da intimidade e ao sigilo das correspondências e das comunicações nos termos previstos na constituição (incisos X e XII do Art 5º). O artigo 1º dessa lei no inciso V dispõe sobre a criação e desenvolvimento da mentalidade de segurança da defesa do Estado e a conscientização sobre a importância das informações e ainda o risco caso essas informações não sejam protegidas¹¹¹.

Essa legislação dá a base para a atuação do Programa de Proteção aos Conhecimentos Sensíveis desenvolvido pela ABIN. Dando legitimidade ao trabalho de prevenção e de salvaguarda da informação sensível em empresas e instituições estatais e também privadas que são estratégicas para o país.

Enfim a legislação que trata do programa em si é ainda um pouco básica, mas engloba todos os principais pontos do PNPC e agora com a portaria 42 do Gabinete de

¹¹¹ As leis relacionadas á Proteção do Conhecimento foram retiradas de uma coletânea formulada pela ABIN e se encontra disponível no sitio: [HTTP://www.nitpar.pr.gov/wp-content/blogs.dir/1/files/2007/12/protacao-de-conhecimentos-sensiveis-e-sigilosos.pdf](http://www.nitpar.pr.gov/wp-content/blogs.dir/1/files/2007/12/protacao-de-conhecimentos-sensiveis-e-sigilosos.pdf) - Acesso dia 23/03/2009.

Segurança Institucional o programa foi oficialmente institucionalizado. Contudo, a legislação sobre a salvaguarda de informações sensíveis como um todo incluindo leis e decretos é bastante extensa não necessitando assim que a legislação do PNPC seja minuciosa como são as leis correlatas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que a Defesa Nacional serve para proteger os interesses nacionais, manter a ordem pública, e garantir a continuidade das instituições democráticas do Estado, além de garantir a soberania do Estado, de preservar a união da nação, proteger os interesses do Brasil no exterior, preservar a integridade das pessoas sobre sua jurisdição e contribuir para a paz e a segurança internacionais.

Para a manutenção dessa segurança são criadas pelo governo políticas públicas de Defesa. Essas políticas são baseadas nos estudos das universidades e nas pesquisas e análises de informações feitas pelas agências de Inteligência do governo, no caso do Brasil, a ABIN.

A Defesa Nacional é de vital importância, então, para que a nação tenha um estado de segurança razoável, para garantir a ordem pública para a população, tendo em si capacidades multidisciplinares interligadas e instrumentalizadas por meio de um sistema de diretrizes a serem seguidas e as quais foram politicamente determinadas como a Política de Defesa Nacional¹¹², é importante também para proteger os bens e interesses estatais dentro e fora do território nacional.

Esse trabalho também mostrou a relação entre Defesa Nacional e os Serviços de Informações. A principal e mais básica relação entre a Defesa do país e os Serviços de Inteligência é que esses serviços fornecem informações sobre os principais assuntos e agendas em pauta para os governantes, assim, com base na demanda feita para Serviço de Inteligência, eles podem formular políticas públicas e tomar decisões de maneira mais precisa e de modo a cobrir os interesses do país de forma eficaz.

Esses serviços de Inteligência são responsáveis pela coleta, análise e pela disseminação de informações consideradas relevantes para o processo de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas nas áreas de política externa, defesa nacional e provimento da ordem pública. Com isso nota-se que uma agência de

¹¹²RAZA, Salvador Ghelfi, Research and Education in Defense and Security Studies, Outubro 2003 - Santiago, Chile - Panel on Strategic Studies

Inteligência, como ABIN, ajuda na defesa do país abastecendo os representantes políticos de informações para que sejam tomadas as decisões estatais e feitos planejamentos de políticas visando os interesses brasileiros tanto dentro como fora do país.

Pois é preciso ter informações concisas sobre o que é ou não necessário para o país, ameaças e possíveis oportunidades para manter o país inserido de forma autônoma e competitiva no cenário internacional. Assim, é importante para um país ter um Serviço de Inteligência eficiente para que se possa fazer políticas públicas bem estruturadas e ter uma política de Defesa Nacional clara, racional e eficaz de forma a proteger os interesses da nação e salvaguardar os recursos e conhecimentos de todos os brasileiros.

Foi apontado que o principal órgão de Inteligência do Brasil é a ABIN, a qual é a instituição central de todo o sistema de inteligência do país e que ela possui controle externo feito por uma comissão mista formada pelos governantes eleitos que fiscalizam as atividades de inteligência realizadas pela ABIN.

E depois de uma análise da legislação sobre a proteção de conhecimento, pode-se ver que para um país como o Brasil, que tem uma posição emergente no cenário internacional, é vital proteger a informação sensível não só para salvaguardar os interesses dos brasileiros e defender seus recursos e bens como também para continuar sua ascensão dentro da comunidade internacional.

A parte do Serviço de Inteligência que tem a atribuição de proteger os Conhecimentos Sensíveis é área da Contra-Inteligência, a qual é entendida, como as atividades e procedimentos que têm por objetivo neutralizar a Inteligência adversa e salvaguardar o conhecimento produzido - a proteção ao conhecimento estratégico está inserida dentro da área de contra-inteligência.

O objetivo da contra-inteligência é dificultar, o máximo possível, ações de obtenção de dados negados feitas por outros Estados ou organizações, tendo em vista a tomada de contramedidas de segurança que impeçam o acesso a tudo o que se quiser

manter sigilo, e assim proteger tanto documentos quanto pessoal e instalações¹¹³ que lidam com conhecimentos estratégicos.

Afirmou-se que a primeira linha de defesa de um país são as entidades de Inteligência e Contra-Inteligência, devido ao fato desses órgãos serem responsáveis pela integridade do patrimônio intelectual, dos assuntos sigilosos nacionais e dos interesses a eles ligados. Sendo bem utilizados os Serviços de Inteligência produzem ações preventivas para neutralizar e frustrar a busca de conhecimento de outras entidades, o custo com as operações voltadas para a reação de um ataque ou ameaça é reduzido, o que proporciona uma boa economia de recursos¹¹⁴.

Ademais, conhecimento estratégico é um bem precioso e elemento fundamental para a obtenção de vantagens dentro do sistema mundial e devido ao fato de gerar desenvolvimento ele se torna muito atrativo e chama atenção e o interesse de outros Estados e organizações e por isso deve ser protegido de maneira eficaz.

Ter informação na atual conjuntura internacional, portanto, é sinônimo de ter poder e em um mundo tão globalizado como é o atual, informações estratégicas têm um valor muito alto, por isso cada nação tem seu Serviço de Inteligência, para proteger as informações estratégicas de seu país e assegurar o poder soberano e autônomo de seu Estado.

O Brasil que tem destaque regionalmente e almeja uma posição de líder dentro da comunidade internacional precisa também guarnecer seu Serviço de Inteligência e para que isso é necessário fortalecer essa instituição dentro da sociedade e apresentá-la de maneira clara e objetiva a população, diminuindo assim o temor contra a atividade de Inteligência. Com uma Inteligência estabelecida o Brasil poderá conquistar uma posição efetiva dentro da comunidade internacional e firmar sua posição de líder regional na América Latina.

¹¹³ GONÇALVES, Joanival Brito, *Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá* (2008) – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

¹¹⁴ LANGE, Wellington da Costa, *A Atividade de Inteligência no Âmbito das Relações Internacionais* – Univ. Rel. Int., Brasília, v.5, n.1|2, p. 125-141, Jan./Dez. 2007. Disponível no sítio: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/314/508> – acesso dia 12/03/2009.

Foi dito que para defender os interesses estratégicos do Brasil, no que diz respeito a salvaguarda de informações e conhecimentos estratégicos, a ABIN desenvolveu o PNPC que visa a conscientização da população brasileira como um todo sobre a importância de proteger o conhecimento sensível e auxilia as empresas e instituições públicas e privadas a proteger suas informações.

A proteção ao conhecimento estratégico está inserida dentro da área de contra-inteligência, a qual é entendida, em sentido amplo, como sendo as atividades e procedimentos que têm por objetivo neutralizar a Inteligência adversa e salvaguardar o conhecimento produzido. Sua meta principal é dificultar ao máximo as ações de obtenção de dados negados feitas por outros Estados ou organizações, tomando medidas de segurança que impeçam o acesso a tudo o que se quiser manter sigilo, protegendo tanto documentos quanto pessoal e instalações¹¹⁵.

E é aí que entra o PNPC, com o intuito de ensinar as práticas basilares de proteção aos conhecimentos para as instituições parceiras, com a elaboração de medidas para proteger as informações sensíveis já produzidas, o pessoal que tem acesso a essas informações e as instalações onde esses conhecimentos estão contidos.

O PNPC tem por meta a proteção do Brasil contra ameaças aos bens da sociedade brasileira, a conscientização da sociedade como um todo sobre as ameaças potenciais aos conhecimentos sensíveis nacionais, desenvolver a cultura de proteção à informação, elaboração de diagnósticos e normatização de procedimentos de proteção direcionados para áreas e instalações, documentos e materiais, pessoas e sistemas de informação e assessorar na implementação de medidas de salvaguarda dos conhecimentos¹¹⁶.

O programa destina-se a todos os tipos de instituições, sejam elas públicas ou privadas que tenham em sua posse, ou criam informações sensíveis para o Brasil. Sua

¹¹⁵ GONÇALVES, Joannisval Brito, *Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá* (2008) – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sítio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

¹¹⁶ *Ibidem* - 44

atuação mais específica nas áreas de Defesa Nacional, Conhecimentos dos Povos Indígenas e das Comunidades Tradicionais; novas fontes alternativas de energia, o agronegócio, (que é um dos pilares da economia brasileira) e, é claro, pesquisa, desenvolvimento e inovações científicas e tecnológicas.

Ademais nota-se que num primeiro momento o PNPC não teve uma aceitação muito boa por parte das empresas privadas devido ao fato de que a sociedade como um todo possuía incertezas com relação às atividades da agência e por o PNPC está diretamente associado a ABIN o programa não teve efetividade.

Contudo, a agência mostrou qual é seu papel dentro do país por meio de seminários e simpósios de Inteligência ampliando a visão da sociedade com relação ao serviço secreto e com isso houve um maior conhecimento da população sobre as atividades de Inteligência e conseqüentemente as empresas passaram a se interessar mais pelo programa.

Após essa primeira abordagem de esclarecimentos sobre o que a ABIN faz e qual sua função na sociedade o PNPC passou a ter real eficácia para as instituições. A partir desse ponto o programa vem realizando efetivamente sua função de salvaguardar os conhecimentos das empresas parceiras, tendo em vista não só a proteção física das informações sensíveis, mas também a conscientização dos funcionários que lidam diariamente com tais informações.

Apesar de se notar que o programa é eficaz não existe ainda uma quantidade sólida de bibliografia que trata da real eficácia do PNPC dentro das instituições parceiras. E também não há uma extensa bibliografia que fale sobre a atuação do programa dentro dos órgãos governamentais. Essa dificuldade de encontrar reclamações sobre o programa também ajudou na conclusão de que o PNPC é efetivo.

Enfim, o PNPC envolve áreas de proteção em pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica tanto privada quanto pública; conhecimento tradicional das comunidades locais e indígenas associado ao patrimônio genético; minerais e materiais estratégicos (como o petróleo, e o álcool combustível), agronegócio e fontes alternativas de energia e infraestruturas críticas nacionais. Sendo

que a principal e efetiva missão desse programa é a conscientização das potenciais ameaças e criação de uma cultura de proteção do conhecimento.

Com isso fica estabelecida uma abordagem bem ampla á salvaguarda de informações sigilosas e sensíveis na intenção de minimizar ao máximo os potenciais riscos e ameaças a esses conhecimentos. E visando a promoção de uma sociedade mais consciente e atenta ao seu patrimônio informacional como um todo.

O serviço de Informações, então, tem o trabalho de proteger o país contra possíveis ameaças aos seus interesses e a sua ordem pública. E com isso verifica-se que para o Brasil alcançar o almejado reconhecimento como líder regional pela comunidade internacional é necessário ter em mente que a Atividade de Inteligência é muito importante para atingir esse objetivo. E para se ter um Serviço de inteligência eficiente é preciso o apoio da população brasileira. Para conseguir esse apoio se faz necessária uma melhoria na transparência dessa instituição bem como um suporte legislativo mais efetivo para um controle externo dessa atividade feito pelos governantes eleitos.

E para firmar sua posição em ascendência dentro do cenário internacional o Brasil tem a necessidade de salvaguardar os conhecimentos resultantes das pesquisas e dos desenvolvimentos tecnológicos, bem como fomentar uma cultura de proteção de informações sensíveis atitudes que são efetivadas com a implementação do PNPC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro Editora: FGV, 2002.

BOBBIO, Noberto, Dicionário de Política, 5ª edição, Editora UNB, São Paulo 2004.

BRIGAGÃO, Clóvis e MELLO, Valerie de Campos , Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. – Constituindo Consenso através da Competição Eleitoral por Marco Carmignani. Rio de Janeiro: Gamma – 2006

BRIGAGÃO, Clóvis e MELLO, Valerie de Campos , Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. – Prevenção de Conflitos e Construção de Mecanismos de Segurança Regionais por Leonardo Paz Neves e João M. P. D. Costa. Rio de Janeiro: Gamma – 2006

BRIGAGÃO, Clóvis e MELLO, Valerie de Campos , Diplomacia Cidadã: panorama brasileiro de prevenção de conflitos internacionais. –O Papel da Cooperação Internacional na Prevenção de Conflitos: breve estudo do caso brasileiro por Felipe Kern Moreira. Rio de Janeiro: Gamma – 2006

CANTANHÊDE, Eliane e VALENTE, Rubens, Diretor quer “desmistificar” ABIN com cartilha – Folha de São Paulo 04/01/2006. Também disponível no sítio: http://www.defesanet.com.br/intel/abin_04_jan_06.html acesso dia 13/01/2009.

CEPIK, Marco A. C., Espionagem e Democracia, editora: FGV - Rio de Janeiro 2003.

CEPIK, Marco, Regimes Políticos e Sistema de Inteligência no Brasil:

legitimidade e efetividade como desafios institucionais – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005.

DREIFUSS, Renê Armand. **1964** A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – 2º Edição Revisada e Ampliada – Rio de Janeiro 1999, editora Nova Fronteira.

FIGUEIREDO, Lucas. Meio século de bisbilhotagem. Nossa História. Rio de Janeiro, ano 3, n. 34, p. 12-18, ago. 2006.

GONÇALVES, Joanisval “Quem precisa de inteligência” Artigo Correio Brasiliense - Coluna: Opinião 02/10/2008.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, Exército Brasileiro: Estrutura militar e ordenamento político 1984 - 2007.

NASCIMENTO, Marta Sianes Oliveira do, e BALUÉ, Isabel Gil, Proteção do Conhecimento – uma questão de contra-inteligência de Estado. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – vol. 2. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2008 - p. 637-648.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, Democracia e Defesa Nacional - editora: Manole - São Paulo, 2005, p 50-79.

RABELO, Aldo, FERNANDES, Luiz – Política de Defesa para o Século XXI – Brasília – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

RAZA, Salvador Ghelfi, Research and Education in Defense and Security Studies, Outubro Santiago, Chile - Panel on Strategic Studies

RIBEIRO, Fábio Pereira, Cadernos PROLM/USP (Ano 5 - Vol. 1 - 2006 p.

113-128) Cooperação Estratégica em Inteligência Formação da Defesa Regional: uma Contribuição dos Serviços de Inteligência.

SITIOS:

VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – Paper: Proteção do Conhecimento – uma questão de contra-inteligência do Estado. Autoras: Isabel Gil Balué e Marta Sianes Oliveira do Nascimento. Disponível no sitio: https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/viienee/exec/arquivos/ANAISVIIENEE_INTERNET/01SEGURANCAEDEFESA/MESA14_SEGURANCANOVASDIMENSOES/MESA14PAPERS/MartaProtConhSocInformacao.pdf - acesso dia 16/03/2009

Artigo: 2008, O Caso da Inteligência - GONÇALVES, Joanisval, disponível no sitio: <http://www.inforel.org/url.jsp?noticiaId=3060> - acesso dia 20/11/2008.

BESSA, Jorge da Silva, A importância da Inteligência no Processo decisório - In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 /04/2007.

CEPIK, Marco, Regime Político e Sistema de Inteligência no Brasil: Legitimidade e Efetividade como Desafios Institucionais. Disponível no sitio: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/a04v48n1.pdf> - acesso dia 16/02/2009.

DECRETO Nº 4.553, de 27 de Dezembro de 2002 - Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_4602b69bc7139.pdf -

Acesso dia 24/06/2008

CAVAGNARI, Coronel Geraldo Lesbat Filho, Adequação da Atividade de Inteligência á Realidade do Século XXI. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

GONÇALVES, Joanisval Brito, Sed Quis Custodiet Ipso Custodes? O controle da Atividade de Inteligência em Regimes Democráticos: os casos de Brasil e Canadá (2008) – Essa Tese de Doutorado pode ser encontrada na biblioteca virtual da Universidade de Brasília no sitio: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1262> - acesso dia 07/05/2009.

<http://64.233.163.132/search?q=cache:h5qK7uDuDAQJ:www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/EduardoSiqueiraBrick.doc+EduardoSiqueiraBrick+pnpc&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> – Acesso dia 28 /09/2009

<http://www.abin.gov.br/> - - acesso dia 02/04/2008.

<http://www.abin.gov.br/search.php?query=pnpc&action=results> - acesso dia 20/06/2008

http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/ - acesso dia 11/09/2009

<http://www.defesanet.com.br/index.htm> - acesso dia 12/09/2008.

<https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home> – Política Nacional de Defesa – Ministério da Defesa – Acesso em 20/04/2009.

http://www.estadao.com.br/economia/not_eco124721,0.htm – 25/09/2009

http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac. - acesso dia 07/06/2008.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128650/lei-4341-64> - Lei 4.341 de 13 de junho de 1964 dispõe sobre a instituição do Serviço Nacional de Informações. – Acesso dia 20/05/2009.

http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES3.HTM - acesso em 17 de janeiro de 2009.

http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2008/055-CN-REL2008-Comiss%C3%A3o%20Mista%20Intelig%C3%A4ncia.pdf – Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – acesso dia 13/05/2009.

http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php - Carta da Organização das Nações Unidas – acesso dia 18/02/2008.

<HTTP://www.nitpar.pr.gov/wp-content/blogs.dir/1/files/2007/12/protecao-de-conhecimentos-sensíveis-e-sigilosos.pdf> - Acesso dia 23/03/2009.

Inteligência – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN e SNJ assinam convênio para proteção do conhecimento. Disponível no sitio: <http://www.defesane.com.br/intel1/abin.html>. Acesso dia 22/01/2009.

LANGE, Wellington da Costa, A Atividade de Inteligência no Âmbito das Relações Internacionais – Univ. Rel. Int., Brasília, v.5, n.1\2, p. 125-141, Jan./Dez. 2007. Disponível no sitio: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/articloe/view/314/508> – acesso dia 12/03/2009.

Lei 9883/1999, de 07 de Dezembro de 1999. Site: http://www.abin.gov.br/modules/mastoppublish/?tac=Lei_9883de07%2F12%2F1999 – acesso dia 25/09/2008

Manual Básico da Escola Superior de Guerra – Volume II, Parte II: Elementos

de Inteligência Estratégica, disponível no site:
<https://www.esg.br/pdf/MB%20VOL%202.pdf> – acesso dia 15/05/2009.

MARTCHENKO, Alexandre, Perspectivas para a Inteligência Externa do Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.

MÜLLER, Marcos Lutz – Estado e Soberania: “o idealismo da soberania” – Departamento de Filosofia da Unicamp, disponível no site:
<http://br.geocities.com/matrizeshgelianas/estadoesoberania.html> - acesso dia 25/04/2009.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, Artigo: Considerações Políticas Sobre a Defesa Nacional - DefesaNet 29 de Abril de 2006 - Retirado do site dia 26 de Junho de 2008

O Conhecimento: Chave da Competitividade Mundial – Universidade Federal do Paraná: Núcleo de Propriedade Intelectual – Disponível no site:
<http://www.prppg.ufpr.br/documentos/pesquisa/npi/protecao%20ao%20conhecimento.doc> – Acesso dia 16/02/2009

Série Coletânea de Legislação Nº 4 – Proteção de Conhecimentos Sensíveis e Sigilosos, disponível no site: <http://www.nitpar.pr.gov/wp-content/blogs.dir/1/files/2007/12/protecao-de-conhecimentos-sensiveis-e-sigilosos.pdf> - acesso dia 13/03/2009.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI, 3., 2004, Brasília. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, 2004... Anais - disponível em <http://www.planalto.gov.br/qsi/saei/paginas/inteligencia.pdf> - acesso em 17 de Abril de 2007.